

DECISÃO JUDICIAL  
Andes perde Carta  
Sindical provisória

Impresso  
Especial

0334/2001-DR/RS  
ADUFRGS

///CORREIOS///

# ADverso

Nº 140 - Março/2006



## TV DIGITAL

Escolha por padrão  
estrangeiro desfaz o sonho  
de um sistema próprio, mais  
adequado à realidade do País



# Alterações no atendimento jurídico

**Dr. Francis Campos Bordas**

*Atendimento na sede da Adufrgs da Cidade Baixa todas as quartas-feiras pela manhã, com prévio agendamento através do telefone 3228-1188.*

*Escritório: Praça da Alfândega, 12 - 10o andar, Centro - Porto Alegre/RS*

*Consultas agendadas previamente através dos telefones (51) 3212-9980/3225-8660 ou do endereço eletrônico [maira@bordas.adv.br](mailto:maira@bordas.adv.br).*

**ADufrgs** Seção Sindical da ANDES/SN  
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

**ADufrgs** Seção Sindical da ANDES/SN  
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da Andes-SN  
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS  
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188  
E-mail: [adufgrs@portoweb.com.br](mailto:adufgrs@portoweb.com.br)  
Home Page: <http://www.adufgrs.org.br>

Diretoria  
Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira  
1º vice-presidente: Cláudio Scherer  
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann  
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva  
2º secretário: Mauro Silveira de Castro  
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos  
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva  
1ª suplente: Regina Rigatto Witt  
2ª suplente: João Vicente Silva Souza

**ADverso**

Publicação mensal impressa em papel  
Reciclato 75 gramas  
Tiragem: 4.500 exemplares  
Impressão: Comunicação Impressa  
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda

Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)  
Reportagem: Maricélia Pinheiro, Nara Branco  
(6470/80) e Zaira Machado (RJP 7812)  
Ilustrações e diagramação: Telmo Guerreiro  
Projeto gráfico: Fabrícia Osanai



- 04 Congresso Andes
- 06 Sindicato local
- 07 Nota sobre caso Aracruz
- 08 Ensino Fundamental de 9 anos
- 09 Entrevista

Marcos Mazzota

"A inclusão social depende da ação de cada um e de todos"



Clarissa Pont

- 12 Vida no Campus
- 14 Central - TV digital
- Opção por padrão estrangeiro joga no ralo esforço nacional

Enquanto o governo protela o anúncio sobre qual sistema de TV digital será adotado pelo Brasil, japoneses e europeus seguem com a guerra nos bastidores. A escolha por qualquer um deles joga no ralo o sonho de termos o nosso próprio sistema, mais adequado à realidade do País.

- 16 Informes do Jurídico
- 18 Prestação de Contas
- 19 Balanço Anual 2005
- 20 Artigo

Relações Brasil-Canadá

- 21 Conferência FAO
- 22 WWW
- 23 Orelha
- 24 Hipermídia

Casa de Cinema de Porto Alegre  
Lembranças e surpresas na maioridade

- 26 Observatório
- 27 A História de Quem Faz

## Os desafios para 2006



Inicia-se um novo ano letivo e vários desafios estão postos para o Movimento Docente, particularmente para os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). O primeiro é a elaboração de uma nova carreira, consequência do acordo firmado com MEC no contexto da Campanha Salarial 2005. Alguns pontos são fundamentais nessa discussão:

- Introdução da classe de professor associado, entre as atuais classes de adjunto e titular. Muitos aspectos deverão ser decididos em relação a esta nova classe como critérios de progressão de adjunto para associado, quantos níveis terá a classe, poderão professores aposentados como adjunto 4 passarem a associado?

- Como se fará a incorporação da GAE, GED e GEAD na nova carreira?

- Como se compatibilizarão as atuais carreiras de níveis fundamental e médio com a de nível superior para resultar em carreira única?

- É desejável (e possível) uma carreira unificada também com os professores das escolas técnicas federais, posição defendida pela Andes e pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe).

O segundo desafio que teremos de enfrentar refere-se à questão formal de sindicato. Como a Andes perdeu seu registro sindical, deixou de ser, pelo menos formalmente, sindicato, e a Adufrgs, em consequência, deixou de ser "seção sindical". Até agora não perdemos causa na Justiça em consequência disso, mas a Apubh (UFMG) perdeu a dos 3,17%; arquivada por falta de registro sindical da entidade. Não podemos correr o risco de começar a perder causas judiciais por este aspecto formal. Providências deverão ser tomadas com urgência no sentido de resolver este problema.

Um terceiro refere-se à sede principal da Adufrgs: a casa está velha e com problemas estruturais. Preferem os associados reformá-la ou construir ou comprar uma nova sede? Será conveniente uma nova sede em terreno da Universidade, em forma de comodato ou devemos adquirir terreno próprio?

Para auscultar a opinião majoritária dos associados sobre as questões acima, a moderna forma de consulta através da internet já foi implementada com a aquisição de *software* apropriado, já utilizado na questão sobre entrada ou não da Adufrgs na última greve. É claro que os problemas mencionados deverão ser objeto de amplo debate, tanto através dos espaços próprios na página eletrônica da Adufrgs como em assembleias gerais.



## CONGRESSO DA ANDES

# Entidade apresenta proposta de Reforma Universitária

*A apresentação de um projeto próprio de Reforma do Ensino Superior pode ser considerada a ação de maior destaque do 25º Congresso da Andes, que aconteceu em Cuiabá, Mato Grosso, entre 5 e 10 de março de 2006 e marcou os 25 anos da entidade. Até então, a Andes vinha se mantendo à parte do processo de discussão da reforma, sempre deixando claro que não aprovava a proposta do governo, sem, contudo, apresentar uma alternativa.*

Para os professores Carlos Schmidt, da Faculdade de Economia da Ufrgs, e Maria da Graça Saraiva Marques, do Colégio de Aplicação, que participaram do encontro como delegados da Adufrgs, o fato da Andes ir além da negação e apresentar uma proposta representa um grande avanço dentro do Movimento Docente, além de trazer

a entidade de volta à roda de debates.

O projeto da Andes dá um tratamento especial à questão do financiamento, incluindo no cálculo o montante arrecadado com contribuições (exceção da previdenciária). Hoje o percentual é calculado somente sobre os impostos. A entidade acredita que só assim será possível

garantir a manutenção das universidades existentes e permitir a expansão do ensino superior público.

Schmidt alerta que mesmo a proposta de financiamento da Reforma Universitária do governo, considerada insuficiente, pode encontrar entraves na área econômica. Isso significa que o projeto da Andes, mais ousado, terá ainda maiores dificuldades de viabilização.

Considerados braços fortes da Reforma Universitária do governo, o Prouni (Universidade para Todos) e a Lei de Inovação Tecnológica foram criticados. O primeiro porque, ao isentar de impostos as universidades particulares que concedem bolsas de estudos a alunos carentes, está transferindo recursos públicos para o setor privado. O segundo porque coloca em primeiro plano as pesquisas de interesse do mercado, na medida que desvia os re-

## O que diz a "Carta de Cuiabá" sobre:

### Dívida Externa

"Os docentes têm consciência de que esta dívida, cuja legitimidade é, no mínimo, altamente contestável, já foi paga há muito tempo. O 25º Congresso delibera, em consequência, que o Andes-SN participe de formação e estruturação do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, com o objetivo de lutar pelo seu cancelamento".

### Políticas focalizadas

"...a pobreza no Brasil é tratada de forma demagógica e eleitoreira com a con-

cessão de 'benefícios' focalizados, como se a maioria da população não tivesse direito de acesso aos bens e riquezas nacionais...O 25º Congresso repudia esse tipo de política que se presta a angariar apoios para a reeleição de Luis Inácio Lula da Silva..."

### Vagas docentes

"O 25º Congresso entende ser urgente o preenchimento de todas as vagas existentes para professores nas universidades públicas brasileiras e a criação de cargos suficientes para a expansão das Ifes e considera inadmissível que essa expan-

são se faça com a utilização das atuais vagas de docentes registradas nas Ifes, as quais são insuficientes para o funcionamento pleno dessas instituições"

### Crise nas universidades privadas

"O 25º Congresso considera grave a situação dos docentes do setor das IES particulares e defende como prioritária a inserção do Sindicato nessas instituições. Nelas, os docentes são submetidos a relações de trabalho aviltantes. Em sua maioria, não há carreira, e as tentativas de defesa dos direitos dos professores e da qua-





Ricardo Borges/Andes

25º Congresso: Reforma Universitária e cotas foram os temas mais debatidos

curso da Ciência & Tecnologia para o controle direto das empresas.

O Congresso da Andes criticou também o afrouxamento do governo no que diz respeito à regulamentação das universidades privadas e sugeriu, na "Carta de Cuiabá" que se aprofunde o debate sobre esse aspecto. As fundações de direito privado, que segundo a "Carta de Cuiabá" trazem "para dentro da universidade um caráter mercantil incompatível com a natureza do trabalho acadêmico", e os cursos pagos também foram alvos de críticas.

### Cotas

A discussão sobre as políticas de democratização do acesso de negros, índios e alunos oriundos da rede pública foi destaque no Congresso que, depois de intensa polêmica, aprovou as cotas, desde que estas venham acompanhadas de medidas que garantam a permanência desses alunos na universidade, como a ampliação da assistência estudantil. Melhorar a educação básica e criar maiores condições de acesso ao ensino médio para as minori-

as foram colocadas como medidas fundamentais para que a meta de abrir a universidade às classes populares se cumpra.

Sobre a expansão do ensino superior público, o documento final do Congresso atenta para o desvio de vagas das Ifes já existentes para as novas, o que compromete a qualidade do ensino e da pesquisa. A entidade questiona também o ensino à distância e defende essa modalidade apenas como apoio, sem eliminar a relação professor/aluno.

Outra preocupação colocada em debate é a falta de uma política efetiva de carreira docente. A Andes defende uma carreira isonômica, que acabe com as distorções salariais, e única. A incorporação das gratificações também estará na pauta da Campanha Salarial de 2006, que deve ser conjunta com os SPFs.

### Eleições

Durante o 25º Congresso, ocorreu o lançamento da chapa para a eleição da nova diretoria da Andes, marcada para maio. Como a oposição optou por não participar, o pleito acontecerá com chapa única. Parte da chamada Andes-Sind (corrente contrária à atual direção da Andes), que não quis se juntar ao Proifes, propôs uma composição com a chapa da situação, mas foi rechaçada. Carlos Schmidt avalia o fato como um erro político por parte da direção da Andes.

lidade do ensino são sumariamente rechaçadas por um patronato selvagem...".

### Reforma Universitária

"O 25º Congresso deliberou atualizar a 'Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira' com instrumentos que garantam o financiamento da universidade pública. Delibera, ainda, o aprofundamento do debate sobre a regulamentação das instituições de ensino superior privadas, tema que será reexaminado no 51º Conad".

### Cotas

"O 25º Congresso produziu importantes avanços na formulação do Sindicato sobre políticas de democratização do acesso de negros, índios e estudantes das

classes populares provenientes de escolas públicas....e conclama sindicatos, entidades da educação e Congresso Nacional a discutirem esses instrumentos como contraponto às nefastas políticas do governo para a educação superior..."

### Fundações privadas

"...ao contrário do que é alardeado, elas não são instâncias de transferência de recursos privados para o setor público. Boa parte dos seus ganhos são auferidos via sua contratação pelo setor público. Trazem, portanto, para dentro da universidade um caráter mercantil incompatível com a natureza do trabalho acadêmico e com a responsabilidade social que a universidade deve ter. O 25º Congresso reafirma a posição do Andes-SN contra essas

fundações....propugna sua extinção e cobra o respeito à autonomia universitária com a sustentação financeira do Estado".

### Lei de Inovação Tecnológica

"...A lei desvia os já poucos recursos da Ciência e da Tecnologia para o controle direto das empresas, destruindo a pesquisa básica, a pesquisa nas áreas sociais e humanas e toda pesquisa que não seja do interesse imediato do mercado capitalista. O 25º Congresso declara sua oposição de princípios à Lei de Inovação Tecnológica e sua regulamentação e conclama todas as entidades comprometidas com o desenvolvimento científico e tecnológico independente do país a construírem uma frente comum de luta contra a implementação dessa lei".



## CARTA SINDICAL

# Justiça derruba registro provisório da Andes

*Mandado de Segurança impetrado pela entidade contra o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e emprego, que solicitava liminar de segurança para que fosse reestabelecido o registro sindical, foi extinto pela juíza do Trabalho, Rosarita Machado de Barros Caron, que também revogou a carta sindical provisória. A sentença, do dia 20 de fevereiro de 2006, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 6 de março. Segundo a assessoria jurídica da Adufrgs, a Andes ainda poderá recorrer, mas enquanto isso os professores universitários estão, legalmente, sem sindicato.*

A proposta de criação de um sindicato local, derrotada na assembleia do dia 8 de dezembro, surgiu exatamente da preocupação da Adufrgs com a gravidade desse quadro, que tem levado várias Associações de Docentes (ADs) a um movimento pela fundação de sindicatos locais. A idéia é formar uma federação, que agregue as futuras entidades sindicais e que venha a representá-las legalmente. Ano passado, a diretoria da Adufrgs se dedicou a estudar o assunto e, com base em levantamentos jurídicos, concluiu que a falta do documento compromete seriamente a legitimidade e representatividade da Andes.

Dois fatos que ilustram bem o problema foram as demissões na Universidade Católica de Brasília (UCB) e na Fundação Mineira de Educação e Cultura (Universidade Fumec), no final de 2005, de professores membros das diretorias das seções sindicais destas instituições. A falta do Registro Sindical permitiu o não cumprimento da lei, que garante aos dirigentes sindicais estabilidade no emprego. Essa realidade, na visão da diretoria da Adufrgs, caracteriza quase uma irresponsabilidade da Andes ao abrir seções sindicais em universidades privadas sem a posse do Registro Sindical.

Outro aspecto que merece destaque

é a derrota sofrida recentemente pela Associação Profissional dos Docentes da UFMG (Apubh) na Justiça, quando o juiz decidiu não conceder o reajuste solicitado, sob a alegação de que a entidade nacional, da qual a associação faz parte, não tem carta sindical do Ministério do Trabalho.

Embora uma parcela considerável dos presentes nas duas últimas assembleias da Adufrgs tenha argumentado que a Andes é um sindicato na prática e que a questão do registro seria mera burocracia, a assessoria jurídica da entidade assegura que legalmente o fato é grave. E mais: a decisão do juiz de Belo Horizonte poderia desencadear uma série de derrotas judiciais pelo País, com o uso do mesmo argumento.

## Proposta da Adufrgs

Na proposta apresentada à assembleia do dia 8 de dezembro, a Adufrgs se coloca como responsável pelo encaminhamento da fundação imediata de um sindicato local, que garanta os interesses dos professores da Ufrgs. Diante da impossibilidade de se obter o Registro Sindical para a Adufrgs, pois a Legislação vigente não permite a organização de sindicatos por local de trabalho, o texto propõe a criação de um sindicato municipal. A Adufrgs apoiaria política

ca e materialmente seus associados a fundarem a nova entidade, uma vez que apenas pessoas físicas podem fazê-lo.

O texto, que pode ser encontrado na íntegra na página eletrônica da Adufrgs ([www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)), sugere que a Associação fique autorizada a convocar a assembleia de fundação; compor a Comissão Organizadora da Assembleia e propor-se como a diretoria provisória do novo sindicato pelo período de um ano, para que os encaminhamentos políticos sejam sempre determinados pelos associados da Adufrgs, através da diretoria comum às duas entidades. Caberia ainda à direção da entidade iniciar os estudos para que o novo sindicato possa vir a se constituir com a estrutura e representatividade sindical necessárias.

## Outras ADs

Na Apubh, a criação de um sindicato local foi aprovada em março do ano passado e desde então a entidade vem debatendo a questão. Segundo Robson Matos, presidente da Apubh, após as eleições de maio haverá nova assembleia para referendar a fundação do sindicato que deve se efetivar até julho.

De acordo com Gil Vicente Figueiredo, presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de São Carlos (Adufscar), no sistema atual as ADs não têm qualquer autonomia política ou financeira, fato que se agrava com a falta de registro sindical da Andes. Na Adufscar, a fundação de um sindicato local foi aprovada em dezembro passado e todos procedimentos legais estão sendo encaminhados, segundo Gil Vicente.

Também em estágio avançado nesse processo se encontra a Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG), que abriu assembleia permanente em dezembro e decidiria sobre a fundação de um sindicato local no dia 30 de março, mas foi impedida por uma liminar solicitada pelo grupo de oposição. Romualdo Pessoa Campos Filho, presidente da ADUFG, lembra que o desgaste entre a Andes e algumas seções sindicais vem de muito tempo e culminou com o constrangimento ocorrido no Congresso de Curitiba, em 2005, quando as ADs que questionaram o percentual a ser repassado para Andes, foram barradas.



## FME

## Respeito à diversidade e mais recursos para a educação

A quinta edição do Fórum Mundial da Educação (FME), que aconteceu entre 23 e 25 de março em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro reafirmou o compromisso com a defesa e a transformação da escola pública gratuita e de qualidade para todos e a intenção de desenvolver formas de lutas para atingir esse objetivo, rechaçando a ideia de educação como um bem de mercado. Também ganhou destaque o repúdio a qualquer forma de precarização do trabalho docente e todas as políticas que degradem o exercício da docência.

O debate sobre a relação educação, cultura e diversidade, que abordou a importância do reconhecimento da diversidade para o combate à desigualdade dentro das escolas, atraiu um grande público e foi um dos momentos mais importantes do evento. Outra deliberação que merece destaque diz respeito à recomendação de que 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do País sejam investidos na educação. "Defendemos a construção de um projeto educacional emancipatório, no qual os estados assumam, sem concessões, sua responsabilidade inalienável no financiamento da educação pública e destinem, para sustentá-la pelo menos 6% do PIB", diz o documento.

O 5º Fórum Mundial da Educação, que teve como tema central "Educação cidadã para uma cidade educadora", reuniu cerca de 30 mil pessoas entre educadores, militantes sociais, estudantes e delegados de 25 países, em sua maioria latino-americanos. O encontro já foi realizado em Porto Alegre, São Paulo, Córdoba (Espanha) e Caracas (Venezuela). O próximo Fórum Mundial da Educação acontece em 2008, outra vez em Nova Iguaçu.

## A Ufrgs e os Movimentos Sociais

O Núcleo de Economia Alternativa (NEA) é parceiro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) em várias atividades de extensão universitária que, entre outros objetivos, visam a formação dos parceiros destes movimentos e estudantes da Ufrgs, bem como a pesquisa sobre formas de consumo alternativo, pesquisa esta que visa problematizar a questão do consumo, tão pobremente tratado pela economia neoclássica.

Assim, no momento em que os referidos movimentos são alvos de um linchamento midiático, baseado em preconceitos e interesses escusos, queremos reafirmar nossa parceria com o MST e MMC por entender:

1º - Que são legítimos representantes dos excluídos no campo e contribuem para fazer avançar a Reforma Agrária, o interesse e potencial econômico e social da pequena propriedade no campo, as questões pertinentes aos excluídos nas cidades e o respeito ao meio ambiente.

2º - Que a ação que objetivava chamar a atenção para o desastre ecológico e humano, representado pelo plantio de grandes áreas de eucalipto pela Aracruz Celulose, só ocorreu porque a mesma mídia que a condena não abre nenhum espaço para estes movimentos colocarem esta e outras questões não só de seu interesse, mas também de interesse geral.

3º - Que a pesquisa científica não é neutra. Assim como os laboratórios e pesquisadores americanos produziram o agente laranja para exterminar a flora e facilitar desta maneira o genocídio contra o povo vietnamita; os pesquisadores, a serviço da Aracruz Celulose, funcionários do grande capital predador, em nome de "exportar ou morrer" vão transformar grandes espaços de nosso país em "desertos verdes".

4º - Que a Aracruz Celulose vem agredindo o meio ambiente e o povo brasileiro, como foi o caso da agressão aos guaranis e quilombolas no estado do Espírito Santo que resultou em prisões, agressões e ferimentos além de destruição e transferência de comunidades de seu lugar de origem. No caso dos quilombolas em trinta anos de instalação da Aracruz em suas terras reduziu essas comunidades de 10 mil famílias para 1300 famílias. Tudo isso com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ironicamente com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Este fato, aliás, provocou a venda por parte da coroa sueca das suas ações na referida empresa por discordar dos atentados por ela praticados contra os direitos humanos e meio ambiente.

Finalmente, quem atenta contra a democracia neste País não são as agricultoras, que buscaram numa ação de último recurso chamar a atenção sobre um grave problema, e sim a grande imprensa, absolutamente comprometida com os interesses do capital e que omite as discussões sobre os problemas que interessam à população, e mais, quando o fazem são de uma parcialidade vergonhosa e repugnante.

Integrantes do Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da Ufrgs





## ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

# Um desafio para a pedagogia e para o poder público

*Antecipar em um ano o ingresso no ensino fundamental significa muito mais do que um simples cumprimento de leis. A medida, sancionada pelo presidente Lula no início de fevereiro, depende de recursos além do que já é aplicado para que se torne viável na prática, uma vez que envolve uma reprogramação pedagógica. A aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) seria fundamental para dar início às mudanças.*

por Maricélia Pinheiro

Não se trata, esclarecem especialistas, de simplesmente admitir na primeira série alunos com 6 anos, mas de toda uma adequação, inclusive de mobiliário. Na verdade, explica Maria Beatriz Luce, professora da Faculdade de Educação da Ufrgs (Faced) e membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), o nono ano será adicionado ao início e não ao fim do ensino fundamental, o que significa que o último ano da pré-escola passa a ser a primeira série, sem perder as características da educação infantil.

A mudança, prevista na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2001, tem sido avaliada como democratizante, uma vez que permite às crianças de menos poder aquisitivo traçar o mesmo percurso escolar das de classe média e alta. "Do ponto de vista pedagógico, as experiências mostraram que a educação infantil bem orientada, com profissionais qualificados faz diferença na primeira série", afirma Maria Beatriz.

Maria Beatriz aponta outras vantagens além da democratização do ensino e do aumento da escolarização, como a oportunidade para repensar projeto pedagógico, organização escolar, infraestrutura, avaliação e aprendizagem, e ainda facilitar o trânsito de crianças e adolescentes

nos países do Mercosul. Isso porque os que habitam as zonas de fronteira ou filhos de executivos que circulam pela América do Sul são obrigados a cursar mais um ano quando saem do Brasil.

Outro aspecto relevante é o fato de se oferecer à criança pobre um espaço de socialização. "As escolas públicas são, para muitas crianças, o único espaço que elas têm para socializar, conhecer o diferente, ter acesso a livros e computadores. Muitas chegam às escolas aos sete anos sem nunca ter visto um lápis de cor", argumenta Maria do Pilar Lacerda, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte em entrevista à Carta Maior.

### Viabilidade e adaptação

Doze estados brasileiros já implantaram o ensino fundamental de nove anos na rede pública, com comprovado sucesso pedagógico e viabilidade administrativa, segundo Maria Beatriz. Os demais têm até 2010 para se adequar à nova regra, que acompanha tendência mundial, concretizada em grande parte dos países da Europa e da América do Sul, como Argentina e Chile. Administradores educacionais acreditam que os sistemas de en-



sino que já oferecem atendimento pré-escolar não vão enfrentar grandes dificuldades nesse processo.

Para dar suporte à discussão prévia necessária, o MEC está distribuindo um documento com orientações gerais sobre o ensino fundamental de nove anos e está elaborando outro material, que será fornecido a todos os professores das séries iniciais do ensino fundamental.

Segundo dados do MEC, em todo o Brasil, 8,1 milhões de alunos em 25 mil escolas de 12 estados mais o Distrito Federal – o que equivale a 24% do total de matriculados no ensino fundamental – já frequentam as aulas dentro do currículo de nove anos. Em 2003, eram 3,9 milhões alunos em 11,5 mil escolas. Dados do Censo 2000 apontavam que 81,7% das crianças já estavam na escola aos seis anos de idade.

### Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a mudança só começa em 2007 e será gradativa, começando pelas escolas que oferecem espaço físico suficiente para a ampliação, informou o secretário de Estado da Educação, José Fortunati. Questionado sobre o porquê do estado, sendo um dos mais importantes economicamente, ainda não ter iniciado esse processo, ele disse que não há verbas suficientes e que muitos dos estados que já implantaram, o fizeram sem qualidade.

O secretário considera extremamente importante a medida como mais um mecanismo de inclusão social, mas pondera que há inúmeros desafios a serem enfrentados antes como a melhoria dos salários, o aumento dos cursos de capacitação e a instrumentalização das escolas.



.....  
 Marcos José da Silveira Mazzotta  
 .....

# "A inclusão social depende da ação de cada um e de todos"

Doutor em História e Filosofia da Educação e professor titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, desde cedo se dedicou ao estudo do ensino direcionado a crianças especiais e tem como bandeira de luta a inclusão social com responsabilidade. Para ele, esse processo não pode acontecer de forma impositiva e envolve não apenas educadores e governo, mas toda a sociedade. Nesta entrevista, Mazzotta fala dos aspectos negativos da inclusão incondicional, que ele chama

de "inclusão selvagem", de como as universidades no Brasil estão preparadas para formar professores que irão trabalhar com educação inclusiva, das políticas públicas e estudos acadêmicos nessa área e de como se daria, de fato, essa inclusão. Mazzotta faz uma defesa explícita da escola pública, sob o argumento de que, embora haja muito a pleitear, é possível trabalhar para a implantação da educação inclusiva com o que se tem hoje.

.....  
 por Maricélia Pinheiro

**Adverso – Pode-se dizer que hoje a educação inclusiva já provou que não é apenas um modismo?**

**Marcos José da Silveira Mazzotta** – Penso que sim, pois, além de figurar explicitamente nas políticas públicas de educação, já tem sido incorporada ao conjunto de informações de grande parte da população. O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial e do Conselho Nacional de Educação, tem definido diretrizes e normas que reafirmam o propósito de viabilizá-la, bem como aprovou plano de ação para sua aplicação em vários estados brasileiros. Além disso, a produção acadêmica nessa área contribui para sua consolidação como área de pesquisa e ação pública.

**Adverso – Como este tema vem sendo trabalhado na prática nas escolas brasileiras, especialmente nas públicas? E no resto do mundo?**

**Marcos Mazzotta** – Tenho conhecimento da realização de diversos estudos científicos desenvolvidos em univer-

Fotos Clarissa Pont



**"A referência à inclusão com responsabilidade ganha uma dimensão ainda maior em relação à implantação e desenvolvimento de políticas sociais públicas, em particular as dirigidas à educação".**

sidades brasileiras, integrando dissertações e teses, inclusive alguns trabalhos orientados por mim em São Paulo, que têm apontado para a adesão dos educadores aos preceitos da "educação inclusiva" ainda que, na maioria das vezes, não contem com recursos materiais e humanos que dêem suporte aos professores e alunos nas escolas comuns de educação básica.

Algumas vezes registram-se comportamentos de professores do ensino fundamental que são contrários à inclusão de alunos com deficiências físicas, mentais, sensoriais e múltiplas, ou mesmo receosos com a responsabilidade por alunos com necessidades educacionais especiais.

Importante reiterar que, em grande parte, tem sido constatada a disponibilidade de tais professores a despeito da ausência de recursos e mesmo de orientação e supervisão mais próximas e continuadas. Em poucas situações têm sido localizadas escolas com boas condições de acessibilidade, apoio de profissionais especializados, tais como intérprete de



Libras (Língua Brasileira de Sinais) e braile, além de materiais didáticos especiais ou adaptados. Outras iniciativas têm se pautado pela realização de parcerias entre órgãos governamentais e centros especializados como medidas julgadas apropriadas em diversas comunidades.

Com relação a outros países não conto com dados empíricos que me permitam emitir um julgamento consistente. O que conheço da literatura educacional fora do Brasil, considero insuficiente para minha avaliação.

**Adverso – Existe um modelo ideal de escola inclusiva ou apenas princípios a serem seguidos?**

**Marcos Mazzotta** – Acredito que o próprio sentido de escola inclusiva seja incompatível com a aplicação de modelo ideal. Assim, penso que é preciso termos princípios objetivamente definidos para que, em razão das características e condições reais das comunidades, possam ser criadas, instaladas, reorganizadas as chamadas escolas inclusivas. Daí a relevância da definição de políticas públicas claras o suficiente para orientar e respaldar a escola inclusiva, em sua criação e ampliação.

**Adverso – As escolas superiores de educação no Brasil estão preparadas para formar professores que irão trabalhar com a escola inclusiva?**

**Marcos Mazzotta** – A despeito da freqüente inserção do tema em seminários, congressos, encontros, etc., bem como matérias que circulam na internet, não tenho elementos avaliativos suficientes para fazer qualquer generalização nesse sentido. No entanto, vale lembrar a crescente inclusão de conteúdos e disciplinas em diferentes cursos de gradu-

ação e pós-graduação contemplando temas básicos de inclusão escolar, além de cursos de especialização propondo-se a preparar profissionais para atuarem em escolas inclusivas. Na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, onde atuo, desde 2001 coordeno um grupo de pesquisa intitulado “Marginalização e Inclusão Social e Escolar das Pessoas com Deficiência (MID)”, consolidado pelo CNPq e composto por docentes e discentes de graduação e pós-graduação da universidade.

Ainda, exemplos de universidades como a Ufrgs e UFSM, no Rio Grande do Sul, têm evidenciado seu engajamento nesse esforço mediante a realização de cursos, publicações científicas, realização de eventos os mais diversos sobre a temática da “educação inclusiva”.

**Adverso – O que é inclusão com responsabilidade?**

**Marcos Mazzotta** – Entendo que ninguém deve ignorar sua responsabilidade por sua própria inclusão e dos demais nos mais variados espaços sociais, uma vez que o respeito a si e ao outro se revela nas atitudes e ações manifestadas direta e indiretamente nas relações humanas privadas ou públicas, pondo em causa sempre a obrigação de responder pelo que diz ou faz, isto é, a sua responsabilidade em quaisquer situações da vida social.

A referência à inclusão com responsabilidade ganha uma dimensão ainda maior em relação à implantação e desenvolvimento de políticas sociais públicas, em particular as dirigidas à educação.

Entre os defensores da inclusão escolar, dentre os quais me incluo, há alguns que, talvez por serem mais contundentes, propõem a chamada inclu-

são radical ou incondicional abstraindo a característica da escola como instituição condicionada e regulamentada para o cumprimento de determinada função social. A adesão a essa ideologia da inclusão incondicional tem motivado algumas pessoas e até movimentos sociais a imporem suas verdades particulares em detrimento do respeito ao outro. É a inclusão imposta a qualquer preço.

Tenho denominado “inclusão selvagem” tal posição, na medida em que propugna por redução e até mesmo extinção de auxílios e serviços especiais, revelando uma perversa desconsideração das reais condições individuais e sociais de significativos segmentos da população que deles ainda possam necessitar. Via de regra, ao invés da inclusão, ações como estas têm se prestado à marginalização e exclusão daquelas pessoas que necessitem de tais auxílios e serviços especiais.

Não se pode esquecer ou ignorar que há situações escolares que podem requerer significativas intervenções e recursos diferenciados ou mesmo especializados para atender apropriadamente às necessidades educacionais de alguns alunos. E, para demandas educacionais escolares muito diferenciadas das que freqüentemente se apresentam, são esperadas providências, medidas e recursos educacionais escolares diferenciados ou especiais em relação àqueles que já se encontram estruturados e disponíveis para utilização.

O momento de implantação de propostas educacionais inovadoras requer ainda mais a evocação de responsabilidade dos legisladores e das autoridades educacionais e escolares, justamente com o intuito de evitar ou minimizar os efeitos negativos da inserção imposta ou inclusão selvagem. A inclusão escolar ou social não demanda, a rigor, qualquer adjetivação de sua qualidade quando ela de fato está ocorrendo.

**Adverso – Sabe-se que até para as crianças ditas normais, o modelo básico de escola vem sendo profundamente questionado. Como se dá essa inclusão de alunos especiais em um sistema seriado falido? Seria preciso reformular a instituição escola?**

**Marcos Mazzotta** – Tal questiona-

**“Ninguém deve ignorar sua responsabilidade por sua própria inclusão e dos demais nos mais variados espaços sociais, uma vez que o respeito a si e ao outro se revela nas atitudes e ações manifestadas direta e indiretamente nas relações humanas privadas ou públicas”.**



mento é extremamente importante e oportuno já que revela movimentação da sociedade para que haja reformulação em variados aspectos estruturais e funcionais de nossa escola e do sistema escolar brasileiro. Deseja-se que as reformulações viabilizem as melhores condições possíveis. Um ponto deve ser lembrado: se a escola pública que temos é de boa ou má qualidade, ela se destina a todos.

Nesse sentido é apropriado relembrar o que disse certa vez, em 1973, a Professora Luiza Banducci Isnard, então diretora do Serviço de Educação Especial do Estado de São Paulo, em importante evento que reuniu altos dirigentes educacionais do estado. Em resposta à secretária da Educação que exaltava a necessidade e conveniência de ambiente físico mais refinado, materiais e aparelhos de última geração, etc. para alunos deficientes, Bancucci Isnard disse: "o aluno com necessidades especiais tem o direito até de frequentar essa péssima escola pública que aí está, ou seja, a mesma escola de seus irmãos e vizinhos".

Não se trata, pois, de propor para a escola pública recursos e serviços que provavelmente não chegarão até ela. Antes, é apropriado prover a escola com ótimos apoios, ainda que modestos, mas que existam e estejam disponíveis para utilização onde e quando necessário. Isso não significa que não se deva reivindicar sempre o melhor para todos.

Se entendermos que é preciso reformular a instituição escolar, essa reformulação há que contemplar as demandas da sociedade e da comunidade a que serve, além de cuidadosamente conhecer e avaliar as demandas dos educandos a atender, independentemente de sua rotulação como alunos comuns ou especiais.

**Adverso – Até onde a educação inclusiva poderia ir, no sentido de realmente inserir os alunos especiais na sociedade?**

**Marcos Mazzotta** – Se entendermos a escola como instituição social investida, de fato, da importante função de mediadora entre alunos e sociedade, a escola inclusiva há de produzir novos saberes voltados para a valorização do sujeito e cidadão que há em cada



**"Nesse movimento de influências recíprocas, a inclusão social poderá ser cada vez mais sedimentada no pensamento e ação de pessoas que dispensarão os rótulos de comuns e especiais".**

aluno e em cada membro de sua comunidade. Nesse movimento de influências recíprocas, a inclusão social poderá ser cada vez mais sedimentada no pensamento e ação de pessoas que dispensarão os rótulos de comuns e especiais. Falamos aí de inclusão e não somente de inserção nos grupos sociais.

Ações e reações humanas têm desdobramentos que extrapolam os círculos fechados onde se originam e por isso inviabilizam um prognóstico seguro no sentido de uma delimitação de consequências favoráveis ou desfavoráveis.

Nessa oportunidade cabe lembrar Norberto Bobbio, em sua obra "O futuro da democracia", ao citar importante observação feita por Max Weber, em 1948, em célebre conferência a estudantes da Universidade de Mônaco: "A cátedra não existe nem para os demagogos nem para os profetas". Bobbio ainda acrescenta em seu texto que "a dificuldade de conhecer o futuro depende também do fato de que cada um de nós projeta no futuro as próprias aspirações e inquietações, en-

quanto a história prossegue o seu curso indiferente às nossas preocupações...".

Com isso penso ser apropriado ressaltar que a inclusão social e escolar se constitui propósito cuja realização depende da ação de cada um e de todos nós.

**Adverso – E quanto às políticas públicas, o que vem sendo feito nessa área?**

**Marcos Mazzotta** – No que se refere às pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas, que podem ou não apresentar com necessidades educacionais especiais, as políticas públicas vêm paulatinamente sendo construídas focalizando a integração e inclusão escolar.

Além da Constituição Federal de 1988, a Lei 7853/89 e Decreto 3298/99 que a regulamentou, a LDB 9394/96, os Planos Nacionais de Educação, sua repercussão nos estados e municípios tem sido evidenciada. Todavia, um marco mais objetivo em favor da inclusão escolar de todos foi a aprovação da Resolução 02/2001 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que dentre outras disposições estabelece que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e que as escolas devem se organizar para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais de modo a garantir condições para uma educação de qualidade.

Oportuno ressaltar, também, a ação da Secretaria de Educação Especial do MEC que, principalmente a partir de 2003, tem se orientado por princípios, propostas e recursos voltados para a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. Importante reiterar, ainda, o registro explícito de posicionamentos a favor da inclusão por grande parte dos estados e municípios brasileiros, em sua legislação e variadas medidas para acolher a todos.

Muitíssimo há para pleitear, fazer, participar, criticar, enaltecer, avaliar, co-operar, etc. Temos um longo caminho a percorrer e nessa trilha poderemos ser bem sucedidos com o envolvimento consciente e crítico de crescentes segmentos da população construindo uma convivência calcada na responsabilidade e no respeito por si mesmo e pelo outro.





## URBANISMO

# Um Raio X da Região Metr

*Após 40 anos, a capital gaúcha e seu entorno serão mapeados novamente, com a finalidade de se estruturar uma política regional e nacional de planejamento e desenvolvimento urbano. O trabalho faz parte do projeto Consolidação da Estrutura Espacial da Região Metropolitana de Porto Alegre, que está sendo desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura da Ufrgs, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e sob a coordenação da ex-reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi. O projeto, que começou em novembro passado com previsão de término para final de 2007, deve ser uma referência na elaboração de políticas públicas para Porto Alegre.*

Voltado à qualificação dos estudos científicos, o projeto integra o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) e envolve cerca de 100 pessoas, entre pesquisadores, professores, técnicos, mestrands, doutorandos e bolsistas de iniciação científica, subcoordenados pelos docentes Rômulo Kafta, Maria Alice

Lahorgue, Eva Samios e Oberon Mello.

O último trabalho nesse mesmo sentido, foi feito em 1965 pelo Grupo Executivo de Integração de Política de Transportes (Geipot), liderado pelo arquiteto gaúcho Jorge Guilherme Francisconi, responsável pela gestão do espaço metropolitano de Porto Alegre. "Aconteceu no mo-

## Subprojetos

Por ter esse novo perfil, na ótica dos pesquisadores, a região metropolitana de Porto Alegre é um grande espaço para o avanço também na área de bens e serviços. "O projeto visa revelar o impacto do Ensino Superior no desenvolvimento da região, caracterizada também pela presença de empresas", comenta Wrana.

Para atingir esse objetivo ele foi subdividido em quatro sub-projetos: simulação da Dinâmica Espacial, Análise da Estrutura Espacial Regional, Evolução Institucional da Região e Projeto de Ordem Simbólica, que identifica o papel da cidade na identidade gaúcha e nacional. Nesses sub-projetos serão trabalhados aspectos referentes à avaliação de atividades e interações do sistema, questão federati-

va, estágio de desenvolvimento da região, modelos de análise do comportamento e do espaço e análise da distribuição espacial da população com a identificação de suas necessidades.

De acordo com a professora Maria Alice Lahorgue, economista e doutora em Planejamento Urbano e Regional e subcoordenadora do projeto, a partir das transformações que ocorreram na região metropolitana da Capital, serão estudados três sub-temas que abordam: o espaço como pólo de inovação, a área de setores consolidados (com indústrias instaladas, que hoje representam 50% do PIB do Rio Grande do Sul) e a função das universidades da região (com suas características diferenciadas e seu impacto neste território).



# ACONTECE

## Quilombos

Através de um convênio assinado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Ufrgs vai trabalhar no levantamento antropológico dos territórios quilombolas. O estudo, que envolve o departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Ufrgs, deverá instruir Relatórios Técnicos de Identificação produzidos pelo Incra, órgão responsável pela demarcação de quilombos e concessão de títulos de posse.

O Consun aprovou também a prorrogação do convênio anterior, através do qual estão sendo feitos levantamentos sócio-econômicos, relatórios e laudos sócio-antropológicos de remanescentes de comunidades quilombolas.



Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade. Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

# opolitana de Porto Alegre

mento que o Governo Federal elaborava a primeira política urbana nacional, uma política diferenciada, de acordo com o tamanho da cidade para atender o "desequilíbrio urbano", explica Wrana.

Ela ressalta que, naquela época, por estarmos em uma ditadura militar, não havia discussão política e os problemas cresceram junto com a cidade. Entre eles estão a consolidação e substituição de alguns elementos, problemas de estrutura e da redistribuição espacial da população, modificação dos padrões de mobilidade, mudanças no sistema viário e interdependência com meios de deslocamento.

Além disso, a coordenadora do projeto inclui na análise áreas irregulares e zonas de pobreza. "Houve uma redefinição de uma ordem simbólica, uma transformação interna, desde a governança interna dos espaços até a própria estrutura governamental, com a ocorrência da participação da população no próprio orçamento", destaca.

Para Maria Alice o caráter interdisciplinar do projeto é a grande novidade. "A questão do território nasceu com a interdisciplinaridade, mas os especialistas trabalhavam em suas áreas, isoladamente, sem haver uma troca. Na medida que a complexidade da região foi se acentuando, se tornou necessário um estudo de todos os aspectos, que reúna todos os pontos de vista", argumenta.

A sub-coordenadora avalia que este projeto dará o impulso para a retomada da questão da Região Metropolitana. "Tenho esperança que se avance nessa discussão, já que esse tema é muito abordado nos países mais desenvolvidos hoje e precisa ser retomado também no Terceiro Mundo".

Como hoje Porto Alegre é conhecida no mundo inteiro, Wrana considera importante pensar a cidade não só internamente, mas o conjunto (região metropolitana), como fator organizador do espaço. Ela argumenta que Porto Alegre possui duas economias, industrial e rural, e que a região metropolitana, que há 40 anos tinha 14 municípios, hoje possui 31. "Porto Alegre é catalizadora, é o ponto de formação de recursos humanos e de um conjunto de atividades, ou seja, o papel da região metropolitana é o mesmo, mas muitas coisas mudaram e ela se tornou um novo pólo de inovação", complementa.

A coordenadora destaca o fato de Porto Alegre ter se tornado um pólo de tecnologia, com estruturas de produção e de difusão de conhecimento e, portanto, um lugar de maior acessibilidade. Segundo ela, o projeto deve levar em consideração especificidades e característica dos territórios, além de envolver um conjunto de atores sociais na sua formulação.

De acordo com Wrana Panizzi, os pesquisadores irão buscar referências nacionais e internacionais, através de seminários voltados para discussão e o estudo do tema. Ela afirma que esse é o primeiro e talvez o único projeto dessa dimensão já realizado na região metropolitana de Porto Alegre. Wrana demonstra orgulho quando se refere à participação da Ufrgs nesse trabalho. "O conhecimento da universidade precisa cada vez mais ser levado em conta na elaboração das políticas públicas tanto para os governos quanto para os movimentos sociais. A instituição universitária precisa recuperar seu papel de grande pólo de referência cultural, social, econômica e política", observa.



## TV DIGITAL

*Enquanto o governo protela o anúncio sobre qual sistema de TV digital será adotado pelo Brasil, japoneses, norte-americanos e europeus seguem com a guerra nos bastidores. A escolha por qualquer um deles joga no ralo o sonho de termos o nosso próprio sistema, mais adequado à realidade do País. Pesquisadores que trabalham no desenvolvimento de uma tecnologia nacional esperam que, pelo menos, o governo opte por um padrão híbrido.*

por Maricélia Pinheiro e Nara Branco



## "No futuro o celular será uma TV"

Permitir que qualquer cidadão brasileiro, que tenha um aparelho de TV em casa, o acesso a uma tecnologia superior que oportunize navegação na Internet, interatividade e uma melhor qualidade de imagem e som. Essa é a meta da TV digital, em processo de desenvolvimento no Brasil desde 2003, quando foi assinado, pelo Governo Federal, o decreto que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Em seguida, formou-se um grupo de universidades, entre elas a Ufrgs, que passou a pesquisar o tema com a finalidade de desenvolver um padrão próprio.

Mesmo antes dos questionamentos colocados na mídia, pesquisadores mais atentos já desconfiavam do enorme peso dos interesses econômicos na questão. "Por dentro dessa discussão aparentemente técnica de escolher um padrão, há uma enorme disputa sobre o marco regulatório das mídias digitalizadas no País", disse ao Adverso o pesquisador e coordenador do curso de pós-graduação em Microeletrônica da Ufrgs e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Microeletrônica, Sérgio Bampi.

Segundo ele, "na prática, a convergência de mídia mexe com interesses econômicos porque no futuro o celular será uma TV". Bampi observa que a TV digital, por abrir a possibilidade de se fazer da TV um meio de comunicação bidirecional, desperta o interesse comercial de empresas de rádio difusão, telefonia fixa e de telefonia móvel, além de provedores de internet.

## Participação da Ufrgs

O Instituto de Informática e o Departamento de Engenharia Elétrica da Ufrgs estão no consórcio H264 Brasil, coordenado pela PUC do Rio de Janeiro que conta ainda com a participação das universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Nacional de Brasília (UNB), Universidade de Campinas (Unicamp) e Instituto Militar de Engenharia (IME), entre outros.

Para a realização do trabalho foram liberados recursos públicos, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), de aproximadamente R\$ 45 milhões para 2005 e 2006. Na Ufrgs, 15 pessoas partici-

pam do projeto entre pesquisadores senior e júnior, doutorandos, recém-doutores e mestrandos, além de alunos de iniciação científica. "O financiamento destinado à Ufrgs foi de R\$ 450 mil para o desenvolvimento do *hardware* do decodificador de vídeo da TV Digital", acrescenta Bampi. Esse *hardware* tem o nome de *set top box* e transforma o sinal digital em analógico.

Segundo o professor titular do Departamento de Engenharia Elétrica e dos cursos de pós-graduação em Computação, Microeletrônica e Engenharia Elétrica da Ufrgs, Altamiro Amadeu Susin, que também trabalha no projeto, este decodificador é de suma importância para que um aparelho de TV simples possa receber o sinal de vídeo através de um processo automático, eficiente e rápido, ou seja, a imagem tem que ser decodificada em tempo real.

De acordo com Bampi, os resultados técnicos foram entregues ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) no final do ano passado e agora serão necessários mais seis meses para o aperfeiçoamento. "Já estamos nos preparando para a segunda fase do STVD, que corresponde à etapa de desenvolvimento de produtos, quando será possível a produção de um *chip* para o *set top box*, que vai viabilizar o recebimento e envio de informações via transmissão aberta", informa.

Para Altamiro Susin, a TV digital é um fenômeno tecnológico sob o aspecto da comunicação que precisa "ser aberto à tecnologia nacional em todos os níveis – desenvolvimento, pesquisa e fabricação – e deve garantir principalmente a geração de conteúdo que promova a inclusão digital de todos os cidadãos brasileiros, de acordo com sua identidade cultural. Não pode ser um pacote fechado para exploração".

Diante da possibilidade de adoção de um sistema estrangeiro, Sérgio Bampi enxerga a possibilidade do Brasil aproveitar a base tecnológica já construída, enquanto acontece a negociação, "até que as contrapartidas e a abertura dos padrões da TV digital sejam maximizados, no interesse da política industrial do País. É a maneira correta de valorizar a inteligência nacional".

## Opção por padrão estrangeiro joga no ralo esforço nacional

Há quase dois anos, cientistas brasileiros ligados a universidades de todo o Brasil, vêm pesquisando um modelo de TV digital que atenda aos interesses sociais e econômicos do País. Quase tudo pronto e o governo decide optar por um sistema estrangeiro, sem qualquer justificativa. Mauro Oliveira, doutor em informática e ex-secretário nacional de Telecomunicações, em artigo recentemente publicado na Carta Maior, não poupa críticas e questiona sobre o que teria levado "um governo, nariz empinado, esperança de um novo tempo" a "convocar a inteligência nacional" para tal propósito e depois "jogar todo o esforço pelo ralo".

Segundo Mauro Oliveira, "o interesse social estaria contemplado por um modelo que privilegiasse a interatividade, permitindo o uso de serviços digitais, possivelmente a Internet". O econômico, aponta o especialista, "vai desde a independência de um padrão e seus *royalties* associados à possibilidade de um modelo exportável de TV digital interativa". O tecnológico, completa, estaria na "valorização da competência nacional" e o cultural no "estímulo à produção de conteúdo pela criação de um mercado próprio".

Há ainda outra questão que vem sendo colocada pelos críticos, como os professores Luiz Fernando Gomes Soares, da PUC-Rio, e Guido Lemos, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que em carta endereçada aos ministros responsáveis se mostraram preocupados com uma possível interferência cultural. "Enganam-se aqueles que pensam que a adoção de um padrão estrangeiro não afetará a produção

de conteúdos", escreveram.

O advento da TV digital, na opinião de Mauro Oliveira, representa "uma janela de oportunidade", quando se leva em conta que "na lógica da sociedade do conhecimento, tão ou mais importante que o produto é a competência tecnológica que se adquire ao desenvolvê-lo". Diante desse quadro favorável à soberania da Nação, Oliveira questiona

em seu artigo as razões da pressa do governo em implantar a TV digital, quando não há qualquer pressão explícita. "Que interesses impedem o governo de promover um amplo debate na sociedade, em assunto que diz tão de perto à vida de tantos?", pergunta. A resposta, para muitos, é simples: uma decisão agora pode contar muitos pontos em ano eleitoral.

## Padrão japonês

Ainda não foi anunciado oficialmente, mas sabe-se que tudo aponta para a adoção do sistema japonês de TV digital (ISDB). A imprensa divulgou no início de março que o governo já obteve do Japão o compromisso de investimento na ordem de 2 bilhões de dólares para a fabricação de semicondutores (componente usado na fabricação de transistores e microprocessadores, por exemplo) e TVs de plasma. Além disso, teria pesado na decisão o fato do padrão japonês admitir uma adaptação mais lenta dos atuais aparelhos de sinal analógico à era digital, o que resultaria em menor custo ao consumidor.

O presidente teria levado em conta também, segundo a Folha Online, o lobby das grandes emissoras de TV do Brasil, que defendem o padrão japonês, sob o argumento de que este permitirá maior controle nacional sobre o con-

teúdo transmitido. De acordo com o *site* de notícias, parte do PT pressionou a favor do padrão europeu, de total interesse das operadoras de telefonia, mas o governo não conseguiu dos europeus as contrapartidas oferecidas pelos japoneses.

Embora o governo diga que o sistema japonês seria o mais barato para o consumidor, de acordo com matéria da Folha Online, um relatório do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) atesta que os conversores do referido modelo custariam mais caro (entre R\$ 276 e R\$ 761). Os mais baratos seriam os do padrão europeu (entre R\$ 233 e R\$ 662). Baseado em um custo médio de R\$ 400 por conversor, o CPqD estimou que a transição para a TV digital custará aproximadamente R\$ 14 bilhões aos consumidores, em um prazo de 15 anos.



## Execução dos 28%

A Adufrgs informa que a demora no desconto dos cheques deixados para iniciar a execução dos 28,86%, que tem sido questionada por alguns professores, ocorre em decorrência do atraso no repasse da documentação pelo escritório Coelho Silveira Bordas (CSB), que deixou de atender a entidade.

Como é de conhecimento de todos através do ofício circular número 001, de 1º de fevereiro de 2006, diante das alterações ocorridas na estrutura societária do escritório CSB, que culminou na retirada espontânea do sócio Francis Campos Bordas, a diretoria da Adufrgs optou por prosseguir o trabalho com o referido advogado, que já vinha acompanhando as ações, e sua nova equipe.

### Estratégia de ajuizamento

Cabe inicialmente recordar que em relação aos docentes, a incidência do reajuste de 28,86% pode ocorrer sobre o vencimento básico e funções gratificadas. Neste momento, as ações de execução propostas envolvem apenas a cobrança sobre as funções gratificadas. No final de 2005, a maioria dos docentes procurou a Adufrgs para entregar a documentação necessária.

As execuções das diferenças de 28,86% sobre funções gratificadas são divididas em grupos, respeitadas as peculiaridades de cada situação funcional:

**Grupo 1** – Docentes com FG ou CD incorporadas

**Grupo 2** – Docentes com FC incorporada na forma de quintos/décimos

**Grupo 3** – Docentes com FC incorporada na forma do art. 193

Algumas ações do grupo 1 já foram ajuizadas. Porém, dos grupos 2 e 3, estamos ainda no aguardo do envio de documentos e também do recálculo que deverá ser encaminhado ao perito. Frisamos que o ajuizamento dos grupos remanescentes será feito em ações coletivas de até 10 pessoas. Esta estratégia permitirá também que se reduza o valor das custas.

### Quem ainda não entregou nada

Conforme já exposto anteriormente em edição do Adverso e no site da

Adufrgs, a execução dos atrasados dos 28,86% sobre o vencimento básico (e parcelas que sobre ele incidem) está na dependência da conclusão da discussão que está sendo travada pela Adufrgs.

Esta discussão definirá qual o percentual de 28% devido e qual o período que deverá ser calculado. Recomenda-se a todos os docentes associados à entidade até dezembro de 1997, que ainda não entregaram a documentação para participarem do processo, que o façam.

### A documentação necessária é:

- Formulário disponível no *site* da Adufrgs, devidamente preenchido.
- Procuração com firma reconhecida (modelo disponível no *site* e na sede da Adufrgs)
- Ficha cadastral (modelo disponível no *site* e na sede da Adufrgs)
- Cópia da carteira de identidade
- Cópia do último contra-cheque

Aos docentes que têm Funções Gratificadas (FG) e/ou Cargos de Direção (CD), a Adufrgs informa que a discussão sobre eventual compensação e período de cálculo repercute apenas sobre o cálculo dos 28,86% sobre os vencimentos do cargo efetivo. A incidência dos 28% nas funções gratificadas é diferente e, conseqüentemente não guardam relação com o vencimento básico do cargo efetivo. Os 28,86% são devidos, integralmente, sobre as funções gratificadas no período de janeiro de 1993 até, em regra, julho de 1998. Neste caso recomenda-se, para quem ainda não entregou a documentação, que o façam.

### A documentação necessária é:

- Formulário disponível no *site* da Adufrgs, devidamente preenchido.
- Procuração com firma reconhecida (modelo disponível no *site* e na sede da Adufrgs)
- Contrato de honorários em 2 (duas) vias com firma reconhecida (modelo disponível no *site* e na sede da Adufrgs)
- Cópia da carteira de identidade
- Cópia do último contra-cheque
- Pagamento do valor das custas judiciais (visando preservar a privacidade e segurança do docente, o valor devido a título de custas será informado pela assessoria jurídica, após o recebimento

dos documentos e montagem dos grupos. Não serão informados por telefone, de forma alguma, os valores calculados).

**Atenção:** todos os documentos devem ter firma reconhecida e podem ser entregues exclusivamente nas sedes da Adufrgs da Cidade Baixa e do Campus do Vale. Não haverá recebimento de documentação no escritório da assessoria jurídica.

## Liminar garante pagamento dos 3,17

No final de 2005, a Adufrgs impetrou mandado de segurança atacando a decisão do Governo de suspender o pagamento administrativo das parcelas de 3,17% e obteve liminar favorável. O argumento usado pelo Executivo Federal para justificar a suspensão foi o de que os docentes da Ufrgs já tinham incorporado o reajuste na folha de pagamento. Com isso, os professores não receberam a parcela de dezembro de 2005. Vale ressaltar, que estes pagamentos eram feitos para todos os docentes, independente de filiação a sindicato ou de realização de qualquer acordo.

No pedido de liminar, a assessoria jurídica da Adufrgs alegou que o pagamento em folha (iniciado em dezembro de 2004) e as parcelas dos pagamentos administrativos (feitos nos meses de agosto e dezembro) são vantagens distintas. Um dos argumentos que convenceram o juiz a conceder a liminar foi o de que estes valores pagos na via administrativa poderiam, no futuro, ser descontados dos valores atrasados que serão oportunamente executados em juízo.

No momento, a Adufrgs aguarda julgamento de recurso em Brasília onde questiona a sua legitimidade para prosseguir a execução judicial dos valores atrasados (de 1995 até a incorporação em folha). A Pro-Reitoria de Recursos Humanos da Ufrgs informou que já solicitou ao MEC o restabelecimento do cronograma de pagamento administrativo dos atrasados. Contudo, até o momento não é possível definir se este pagamento ocorrerá em folha suplementar ou se virá apenas juntamente com a próxima parcela prevista para agosto de 2006.



# Tabela das modalidades de aposentadoria e cálculo do benefício

Francis Campos Bordas - Assessor jurídico da Adufgrs

A tabela abaixo demonstra os requisitos para aposentadoria por tempo de serviço e os consequentes benefícios aos servidores públicos, com ênfase para a carreira docente.

É preciso recordar que o servidor pode optar por modalidades de aposentadoria, conforme o momento em que preencheu os requisitos. Portanto, talvez o servidor tenha mais de uma opção para aposentar-se. Recomendamos que as pessoas tomem muito cuidado antes de aposentar-se, pois além de preocupar-se com os requisitos, é necessário ver que benefício resultará. As sucessivas emendas constitucionais sobre a previdência têm uma marca em comum: dificultar a aposentadoria. Por vezes, este objetivo é alcançado através do estabelecimento de limite mínimo de idade como requisito. Outras vezes, nas hipóteses em que é reduzido o limite da idade, o benefício econômico é pouco atrativo e o servidor opta por continuar trabalhando.

É fundamental também recordar que muitas pessoas que exerceram funções em condições insalubres podem buscar na via judicial a conversão deste tempo, o que resulta em acréscimo de tempo do período celetista, que pode ser averbado no órgão atual.

Busque assessoramento de seu sindicato antes de aposentar-se. A Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Ufrgs recebe diariamente vários pedidos de contagem de tempo de serviço, a qual auxilia o advogado no atendimento e na orientação, pois ali estão as averbações de tempo de serviço, licenças prêmios não gozadas, etc.

Esperamos que esta tabela auxilie os docentes a melhor compreender seus direitos.

REQUISITOS PARA APOSENTADORIA PROFESSORES			
	REGRAS ATUAIS APLICAÇÃO OPCIONAL A QUALQUER SERVIDOR INGRESSO ANTES DE DEZ/2003 OBRIGATÓRIA PARA ADMITIDOS APÓS DEZ/2003		REGRAS APLICÁVEIS A QUEM JÁ ESTAVA NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DE 1998
	Regra permanente EC41 Professores 1º e 2º graus (art. 40, §5º CF)	Regra permanente Ec41 Professores de 3º grau (art.40, §1º, III da CF)	Regra transição EC 41/EC 20 (art. 2º EC 41)
HOMEM	55 anos 30 anos de contribuições	60 anos 35 anos de contribuições	53 anos - 35 anos de contribuição (com bônus de 17% sobre o TS anterior à EC 20)
MULHER	50 anos 25 anos de contribuições	55 anos 30 anos de contribuições	48 anos - 30 anos de contribuição (com bônus de 20% sobre o TS anterior à EC 20)
REQUISITOS COMUNS	10 anos de serviço público 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria	10 anos de serviço público 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria	10 anos de serviço público 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria pedágio de 20% sobre o tempo que faltava em 15.12.98
	REGRAS APLICÁVEIS A QUEM ENTROU NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ DEZ/2003		REGRAS APLICÁVEIS A QUEM INGRESSOU ATÉ 16.12.98
	Regra transição EC 41 (art. 6º EC 41)	Regra transição EC 41 para professores de 1º e 2º graus (art. 6º EC 41 c/c §5º art. 40CF)	PEC PARALELA EC 47/05
HOMEM	60 anos 35 anos de contribuição	55 anos 30 anos de contribuição	IDADE: idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo
MULHER	55 anos 30 anos de contribuição	50 anos 25 anos de contribuição	TEMPO DE SERVIÇO Homem: 35 anos contr. Mulher: 30 anos contr.
REQUISITOS COMUNS	20 anos de serviço público 10 anos de carreira 5 anos no cargo	20 anos de serviço público 10 anos de carreira 5 anos no cargo	25 anos de serviço público 15 anos de carreira 5 anos no cargo
CRITÉRIO DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO			
	Regra permanente Ec41 Professores 1º e 2º graus (art. 40, §5º CF)	Regra permanente Ec41 Professores de 3º grau (art.40, §1º, III da CF)	Regra transição EC 41/EC 20 (art. 2º EC 41)
	No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência. (art. 1º da Lei 10887/04)		
DIVERSOS	Redutores: Além disto, os proventos serão reduzidos em 3,5% por ano de idade faltante para os limites de 60 anos, o homem, e 55 anos, a mulher, para os servidores que completarem os requisitos para a aposentadoria até 31/12/2005. Para aqueles que completarem os requisitos a partir de 01/01/2006, o redutor será de 5% por ano faltante.		
VALOR DO BENEFÍCIO	Regra transição EC 41 (art. 6º EC 41)	Regra transição EC 41 para professores de 1º e 2º graus (art. 6º EC 41 c/c §5º art. 40CF)	PEC PARALELA EC 47/05
	Os proventos serão integrais, com base na remuneração do cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.		



## Cardápio de ações

Muitas vezes, o servidor não tem conhecimento de que algumas lesões sofridas podem ter sua reparação buscada na Justiça. Diante disso, a assessoria jurídica da Adufrgs elaborou uma lista de temas que normalmente são objetos de demanda judicial pelos docentes, lembrando que vários destes já são questionados em ações ajuizadas coletivamente pela Adufrgs. A lista será publicada em partes, a partir desta e nas próximas edições do Adverso.

### 1. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

#### \* Correção dos expurgos do FGTS

Público alvo: pessoas que tinham conta de FGTS no período de 1989 e 1990, preferencialmente servidores públicos federais.

Esta ação pode ser ajuizada no Juizado Especial Federal Cível (JEF), ou "pequenas causas", conforme o valor da ação. Por isso é importante que o cliente traga os extratos dos bancos depositários do FGTS nos anos de 89 e 90.

### 2.Reajuste geral

#### \* Ação indenizatória de falta de reajuste na data-base

Público alvo: servidores ativos, inativos e pensionistas que não receberam aumento de vencimentos desde a edição da Emenda Constitucional (EC) 19 que garantia reajuste anual.

Como a Adufrgs já ingressou com esta ação coletivamente, recomenda-se ingressar juntamente com outro pedido, já que não se tem ainda notícia de julgamento desta matéria nos tribunais superiores.

#### \* Reajuste dos 3,17%

Público alvo: servidores ativos, inativos e pensionistas.

A Adufrgs já ingressou com esta ação coletivamente.

#### \* Execução dos acordos de 28,86% não cumpridos

Público alvo: servidores que firmaram o acordo dos 28,86% com o governo, mas o mesmo foi unilateralmente suspenso. A ação visa manter o pagamento do valor acordado ou, ao menos, que sejam evitados os descontos daquilo que a administração alega ter pago a maior.

### 3.Vantagens e adicionais

#### \* Vale refeição durante afastamentos

A ação visa a cobrança do pagamento do vale-refeição durante afastamentos (férias, licenças, etc). Adufrgs já possui ação.

#### \* Correção monetária de parcela paga com atraso


É costume na administração que os pagamentos relativos a exercícios anteriores, quando pagos, o sejam em valor histórico. Dependendo do período e dos valores, a correção monetária não paga pode ser significativa, justificando a ação. Normalmente, como os valores não são tão elevados, esta ação é ajuizada no Juizado Especial Federal (JEF).

#### \* Pagamento de atrasados de progressão

Quando a Administração reconhece um direito na via administrativa, ela paga, num primeiro momento, apenas o valor correspondente ao exercício financeiro em que houve o reconhecimento. A ação tem dois objetivos: cobrar os atrasados dos exercícios anteriores e cobrar a correção monetária.

#### \* Alteração do regime de trabalho para Dedicação Exclusiva (DE)

A Ufrgs tem negado a concessão de DE para professores que já sejam aposentados em outro cargo público, sob a alegação de que seria o caso de inacumulabilidade de cargos. A ação visa garantir o aumento do regime de trabalho e pagamento de diferenças de remuneração desde a data em que foi aprovada a DE na CPPD.

		<b>ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS</b> CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
<b>BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2005</b>			
<b>RUBRICAS / MESES</b>		<b>DEZ</b>	
<b>ATIVO</b>		<b>2.998.917,28</b>	
<b>FINANCEIRO</b>		<b>2.721.647,50</b>	
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>652.987,61</b>	
CAIXA		509,34	
BANCOS		688,28	
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA		651.789,99	
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>2.068.659,89</b>	
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO</b>		<b>2.059.576,10</b>	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.059.576,10	
<b>ADIANTAMENTOS</b>		<b>3.190,45</b>	
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		3.190,45	
ADIANTAMENTOD DIVERSOS		0,00	
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>5.000,00</b>	
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO		5.000,00	
<b>DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES</b>		<b>893,34</b>	
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER		893,34	
<b>ATIVO PERMANENTE</b>		<b>277.269,78</b>	
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>258.477,00</b>	
BENS MÓVEIS		145.691,59	
BENS IMÓVEIS		248.811,89	
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO		0,00	
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS		(136.026,48)	
<b>DIFERIDO</b>		<b>18.792,78</b>	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS		12.071,48	
BENEFITORIAS EM BENS DE TERCEIROS		16.425,74	
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		(9.704,44)	
<b>PASSIVO</b>		<b>2.563.737,75</b>	
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>38.836,40</b>	
<b>OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS</b>		<b>14.713,06</b>	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS		9.240,16	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		200,00	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		0,00	
CREDORES DIVERSOS		5.272,90	
<b>OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS</b>		<b>24.123,34</b>	
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL		24.123,34	
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>2.524.901,35</b>	
ATIVO LÍQUIDO REAL		2.238.670,76	
SUPERAVIT ACUMULADO		286.230,59	

<b>ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS</b>		<b>FOLHA 2</b>
<b>RUBRICAS / MESES</b>	<b>DEZ</b>	<b>ACUMULADO</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>156.928,78</b>	<b>1.828.378,14</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>116.689,47</b>	<b>1.361.799,44</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	116.689,47	1.361.799,44
<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	<b>36.388,31</b>	<b>390.591,81</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	36.175,07	387.238,65
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	213,24	3.353,16
<b>RECEITAS DE ATIVADS SINDICAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>57.030,51</b>
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	57.030,51
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>3.851,00</b>	<b>18.956,38</b>
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	3.851,00	18.851,18
OUTRAS RECEITAS	0,00	105,20
<b>DESPESAS</b>	<b>128.142,65</b>	<b>1.393.198,61</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>128.142,65</b>	<b>1.393.099,61</b>
<b>DESPESAS COM CUSTEIO</b>	<b>42.306,87</b>	<b>426.555,42</b>
DESPESAS COM PESSOAL	26.391,93	242.006,51
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.865,89	47.621,89
DESPESAS DE EXPEDIENTE	1.048,68	42.112,27
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	756,86	11.750,13
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.630,00	31.571,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	823,00	8.137,62
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.890,83	22.450,62
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.857,58	20.379,16
ENCARGOS FINANCEIROS	42,10	526,22
<b>DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS</b>	<b>45.671,75</b>	<b>553.611,51</b>
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	7.113,61	28.601,54
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	16.158,10
DESPESAS COM VIAGENS	1.667,65	114.028,37
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	8.280,19	32.080,02
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	150,00	50.730,08
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	24.887,25	242.121,99
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	193,05	19.471,41
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.380,00	50.420,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>40.164,03</b>	<b>412.932,68</b>
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	24.951,15	291.279,43
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	5.514,48	71.704,13
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	9.698,40	49.949,12
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>0,00</b>	<b>99,00</b>
PERDAS COM FURTOS E ROUBOS	0,00	99,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS</b>	<b>28.786,13</b>	<b>435.179,53</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>435.179,53</b>	<b>435.179,53</b>

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA	NINO H. FERREIRA DA SILVA
Presidente	Contador - CRC-RS 14.418

Continua na próxima edição



## Análise do balanço anual de 2005

Dando continuidade ao trabalho realizado nas últimas gestões da Adufrgs, neste ano de 2005 procuramos reafirmar a conduta de eficaz controle contábil e financeiro. A partir das avaliações iniciais da presente gestão neste âmbito, podemos, esquematicamente, resumir a postura de enfrentamento adotada em duas principais metas a serem perseguidas:

- Buscar um total de despesas menor do que a arrecadação com contribuições de associados;

- Para o montante de capital financeiro depositado em banco, à espera de melhor opção de investimento, buscar aplicações financeiras com melhores índices de rendimentos.

No período analisado entre os balanços registrados em 31 de dezembro de 2004 e em 31 de dezembro de 2005, pode ser constatado um princípio de cumprimento destes objetivos. É preciso também dizer que parte de nosso caixa está comprometida com aplicações separadas, cuja destinação foi decidida em Assembleia Geral, e chamadas "fundo de greve" e "fundo para ações jurídicas". Sua referência em separado é necessária, pois não é considerada despesa nas operações contábeis, uma vez que não foi gasto. O valor em 31 de dezembro de 2005 destes fundos era de 607.854,53 (20,54% do saldo patrimonial) para o fundo de greve e de 288.404,81 (9,74%) para o fundo de ações jurídicas.

A análise estrita dos lançamentos globais em 31 de dezembro dos dois anos revelou:

1. O superávit registrado na segunda data superou o registrado na inicial em 54,74%.

2. O ativo aumentou em 435.179,53 (17,24%) em relação a 2004. Alteração de valor abaixo da taxa acumulada de inflação INPC/IBGE de 2005 (5,05%).

3. O total das receitas aumentou em 16,59% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2004.

4. Se considerarmos somente o total arrecadado no balanço anual de 2005 (1.361.799,44) e o total de despesas (1.393.198,61), houve ainda um pequeno déficit de 31.399,17 (apenas 2,31% do montante das contribuições). Este déficit já apresentou melhora em relação ao balanço anual de 2004, que foi de 9,53% do total das receitas.

5. Se julgarmos pertinente a construção da receita principal envolvendo tanto as contribuições dos filiados quanto as receitas decorrentes de ações coletivas, em 2005 já teremos conseguido avançar de uma situação de déficit para uma situação de superávit. A soma das receitas de contribuições e das receitas decorrentes de ações coletivas (57.030,51) produz um total de 1.418.829,95, propiciando um superávit de 25.631,34 (1,88% do montante das contribuições). Isto sem serem consideradas as receitas financeiras e patrimoniais diversas.

6. Mesmo com o aumento da receita das contribuições em relação a 2004 (de 191.337,83), se considerarmos o percentual em relação ao total das receitas, houve uma redução do total de receita das contribuições, em termos percentuais, houve uma pequena redução (0,16%).

7. Os rendimentos (receitas patrimoniais) aumentaram em relação a 2004 de 17,50% para 21,36% do total de receitas, fruto da modificação ocorrida no investimento financeiro.

8. Em 2005, apenas 3,12% da receita foi decorrente do ganho de ações coletivas.

9. O total gasto no ano está assim composto:

9.1. - 30,62% com despesas de custeio (ordinárias administrativas);

9.2. - 39,74% com despesas de atividades sindicais (atividades sócio-culturais, viagens, publicações, atividades sindicais, etc.);

9.3. - 29,64% com as contribuições para Andes, CUT e Proifes.

José Carlos Freitas Lemos  
Primeiro-Tesoureiro

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	
<b>ATIVO</b>	<b>2.998.917,28</b>
<b>FINANCEIRO</b>	<b>2.721.647,50</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>652.987,61</b>
CAIXA	509,34
BANCOS	688,28
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	651.789,99
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>2.068.659,89</b>
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CURTO PRAZO</b>	<b>2.059.576,10</b>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.059.576,10
<b>CRÉDITOS A REALIZAR</b>	<b>9.083,79</b>
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.190,45
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	5.000,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE PAGAS ANTECIPADAMENTE	893,34
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>277.269,78</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>258.477,00</b>
BENS MÓVEIS	145.691,59
BENS IMÓVEIS	248.811,89
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(136.026,48)
<b>DIFERIDO</b>	<b>18.792,78</b>
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENEFÍCIOS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(9.704,44)
<b>PASSIVO</b>	<b>2.998.917,28</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>38.836,40</b>
<b>OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS</b>	<b>14.713,06</b>
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	9.240,16
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.272,90
<b>OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS</b>	<b>24.123,34</b>
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	24.123,34
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>2.960.080,88</b>
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.524.901,35
SUPERÁVIT ACUMULADO NO EXERCÍCIO	435.179,53

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2005.

NINO H. FERREIRA DA SILVA	JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS	EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Contador - CRC-RS 14.418 CPF-MF 097.046.550-53	Tesoureiro CPF-MF 382.997.550-34	Presidente CPF-MF 554.062.700-87

BALANÇO DE RESULTADOS ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	
<b>RECEITAS</b>	<b>1.828.378,14</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.361.799,44</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.361.799,44
<b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	<b>390.591,81</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	387.238,65
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	3.353,16
<b>RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS</b>	<b>57.030,51</b>
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	57.030,51
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>18.956,38</b>
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	18.851,18
OUTRAS RECEITAS	105,20
<b>DESPESAS</b>	<b>1.393.198,61</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.393.099,61</b>
<b>DESPESAS COM CUSTEIO</b>	<b>426.555,42</b>
DESPESAS COM PESSOAL	242.006,51
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	47.621,89
DESPESAS DE EXPEDIENTE	42.112,27
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	11.750,13
SERVIÇOS DE TERCEIROS	31.571,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	8.137,62
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	22.450,62
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	20.379,16
ENCARGOS FINANCEIROS	526,22
<b>DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS</b>	<b>553.611,51</b>
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	28.601,54
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	16.158,10
DESPESAS COM VIAGENS	114.028,37
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	32.080,02
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	50.730,08
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	242.121,99
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	19.471,41
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	50.420,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>412.932,68</b>
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	291.279,43
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	71.704,13
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	49.949,12
<b>DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>99,00</b>
PERDAS COM FURTOS E ROUBOS	99,00
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>435.179,53</b>

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2005.

NINO H. FERREIRA DA SILVA	JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS	EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Contador - CRC-RS 14.418 CPF-MF 097.046.550-53	Tesoureiro CPF-MF 382.997.550-34	Presidente CPF-MF 554.062.700-87

BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT ACUMULADO	
SALDO DO SUPERÁVIT ACUMULADO EM 31.12.2004	= 286.230,59
SUPERÁVIT TRANSFERIDO PARA SALDO PATRIMONIAL	= 286.230,59
SUPERÁVIT APURADO NO EXERCÍCIO	= 435.179,53
<b>SALDO FINAL DO SUPERÁVIT ACUMULADO</b>	<b>= 435.179,53</b>

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2005.

NINO H. FERREIRA DA SILVA	JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS	EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Contador - CRC-RS 14.418 CPF-MF 097.046.550-53	Tesoureiro CPF-MF 382.997.550-34	Presidente CPF-MF 554.062.700-87



## RELAÇÕES BRASIL-CANADÁ

# Quinze anos de estudos canadenses em nosso País

**Nubia Hanciau**

Presidente da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan), biênio 2004/2006.

Em 2006 completam-se 80 anos de relações diplomáticas formais entre o Brasil e o Canadá e mais de 60 anos do estabelecimento das embaixadas brasileira no Canadá e canadense no Brasil. Transformações intensas verificaram-se desde então no que concerne à presença canadense no Brasil e na relevância do nosso País para o Canadá.

Segundo o atual embaixador do Canadá no Brasil, Guillermo Rishchynski, em recente visita ao nosso estado, o Rio Grande do Sul tem boas relações comerciais com aquele país, com tendências a ampliar esse comércio e "o Brasil é um importante parceiro, com o qual o Canadá cultiva profundas relações há mais de 100 anos". Hoje o Canadá busca elevar esse entendimento a um novo patamar, a fim de enfrentar os desafios globais com os quais nossas nações – ambas multiculturais e multiétnicas – se deparam. O diplomata, em 1983, início de sua carreira no Brasil, auxiliou a primeira expedição brasileira à Antártica. Vinte anos depois do vice-consulado no Rio de Janeiro, agora como embaixador, assistiu à chegada do grupo que participa do 5º voo da 24ª expedição, na Estação de Apoio Antártico da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg), visitou as salas da Associação Brasileira de Estudos Canadenses e o Núcleo de Estudos Canadenses, que abriga o mais completo acervo do País, com aproximadamente 1000 livros, segundo ele, motivos principais de sua visita. Ao elogiar a presidência, classificando-a de "espetacular", ele lembrou ainda a perspectiva multidisciplinar que caracterizou o VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan), em sintonia com as reflexões da contemporaneidade.

De fato, realizado em novembro de 2005, em Gramado, o VIII Abecan, "Brasil/Canadá: visões, paisagens e perspectivas, do Ártico ao Antártico", proporcionou o encontro de professores, pesquisadores, escritores e estudantes brasileiros, latino-americanos e europeus, motivados pela oportunidade de estreitar a relação existente entre os dois países, de efetuar trocas científicas e acadêmicas e de vivenciar momentos artístico-culturais que envolveram a cultura gaúcha e a brasileira e que congregaram mais

de 400 participantes, 67 estrangeiros. Um número expressivo, tanto quanto o número de associados da Abecan (285 há dois anos e 448 hoje).

Fundada em abril de 1991, a Abecan percorreu desde então várias capitais, acompanhando a presidência. Sua sede itinerante foi acolhida inicialmente pela PUC (Paraná) até 1995, posteriormente pelas universidades do Estado da Bahia, Federal do Rio Grande do Sul (1999-2001), presidida por Zilá Bernd, que, a seguir passou a dirigir o Conselho Internacional de Estudos Canadenses. Até abril de 2004 foi sede a Federal de Minas Gerais (UFMG), quando a Abecan voltou ao sul, desta vez ao litoral, onde permanece até o mês do seu décimo quinto aniversário. A localização em Rio Grande, primeira vez fora dos grandes centros acadêmicos do país, é fato significativo, que revela a abrangência atual dos estudos canadenses no Brasil,

a legitimação e o reconhecimento do trabalho acadêmico desenvolvido nos 16 Núcleos de Estudos Canadenses (NECs), ex-center, espalhados pelo território nacional.

Caracterizada por uma perspectiva multidisciplinar comprovada em sua revista oficial, a Interfaces Brasil/Canadá, os artigos que são publicados têm a autoria de professores vinculados a universidades brasileiras, canadenses e internacionais e vêm atestando a maturidade das pesquisas em estudos canadenses em nosso País.

Em plena adolescência, a convergência desses vários fatores citados comprova que a Abecan, encontra-se no auge de sua vitalidade e demonstra o quanto perspectivas culturais e transversais podem refletir as grandes articulações da sociedade, apontar para áreas de excelência, onde o Canadá, país atraente e modelar em muitos setores, prima pela tradição nos debates.

O símbolo do VIII Abecan, o *sterna hirundo* (andorinhado-mar), ave migratória que voa do Canadá ao extremo sul, é emblemático do rompimento de fronteiras e do questionamento de identidades nacionais, tão presente nos estudos canadenses. Ao adotar essa dinâmica, a Abecan tem atraído estudiosos que encontram na Associação largas ressonâncias a partir da pluralidade dos temas e subtemas que abrange. Estes refletem o crescimento das trocas, dos deslocamentos geográficos e simbólicos, e a legitimidade da travessia de um lugar ao outro, que hoje estruturam nossa visão das redes de solidariedade mundial, das novas tecnologias, da sustentabilidade, da mídia, da gestão, das artes, das línguas, da literatura...







## CONFERÊNCIA FAO

# Uma agenda global para a reforma agrária

*Documento final da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural recupera a agenda da questão agrária em escala global e atualiza o compromisso com o desenvolvimento rural e o combate à fome.*

por Marco Aurélio Weissheimer

A II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada de 6 a 10 de março, em Porto Alegre, teve como um de seus principais resultados a aprovação de um documento que reafirma o compromisso da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), de 96 países e de organizações da sociedade civil com o “papel essencial da reforma agrária e do desenvolvimento rural para a promoção do desenvolvimento sustentável, que inclui, entre outras coisas, a realização dos direitos humanos, segurança alimentar, erradicação da pobreza e fortalecimento da justiça social, com base no estado democrático de direito”. A resolução foi aprovada após cinco dias de intensos debates na conferência, que aconteceu 27 anos depois da primeira (1979, em Roma).

Na sessão final do encontro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, destacou as inovações que marcaram o evento, entre elas a valorização da ideia de democracia participativa. Um dos princípios incluídos na declaração afirma: “apoio a uma abordagem participativa baseada em direitos econômicos, sociais e culturais e na boa governança para a gestão igualitária da terra, água, florestas e outros recursos naturais no contexto de marcos legais nacionais, enfocando o desenvolvimento sustentável e a superação das dificuldades para erradicar a fome e a pobreza”.

Para Rossetto, o documento final recupera a agenda da reforma agrária em

escala global e atualiza o compromisso com o desenvolvimento rural e o combate à fome. A conferência de Porto Alegre reconheceu a atualidade do documento produzido em 1979, em Roma, na primeira conferência (a “Carta do Camponês”), incorporando a referência à democracia participativa. Além disso, estabelece princípios para garantir a igualdade das mulheres e dos jovens nas políticas agrárias e agrícolas, o desenvolvimento sustentável, a proteção ao meio ambiente, a soberania alimentar e o combate à fome.

A declaração final também defende que uma relação qualificada, estável e permanente entre governos e sociedade civil, cria melhores condições para a solução dos graves problemas da sociedade. “Fomos capazes de inovar, abrindo espaço para a representação direta em plenário da sociedade civil e compartilhando experiências importantes de democracia ativa e participativa”, disse Rossetto, para quem a participação da sociedade civil deu-se de maneira inédita.

O diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da FAO, Parviz Koohafkan, também avaliou a conferência de forma positiva, agradecendo ao governo brasileiro pela oportunidade de realizar o evento no País e recuperar uma agenda que permaneceu secundarizada por quase três décadas. “Esta é uma oportunidade muito importante para a humanidade. O órgão das Nações Unidas realiza poucas conferências deste tamanho e é bom lembrar que a reforma agrária não estava na agenda mundial há muitos anos

e voltou à pauta devido ao interesse do Brasil”, salientou.

Além da declaração final, o encontro produziu vários termos de cooperação entre os países participantes. Mais de 15 acordos foram assinados. Com a FAO, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fechou acordo para realização de cursos de capacitação destinados a técnicos agrícolas, com aporte de 230 mil dólares. A FAO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa acertaram parceria para programa de capacitação em gestão da terra, com investimento de 270 mil dólares. O Brasil também assinou acordos com os governos do Paraguai, de Benin e com a FAO para estimular o desenvolvimento rural, principalmente por meio de atividades de pesquisa e capacitação.

Foram feitas ainda parcerias entre o Governo Federal e entidades brasileiras, como o protocolo de intenções firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Centro de Educação Popular e Pesquisa em Agroecologia (Ceppa) para beneficiar agricultores familiares e assentados.

Na opinião do embaixador Flávio Perri, houve um significativo alargamento conceitual do tema, com ênfase no sentido humano. “Sem a terra não há reforma agrária, mas os governos têm que estar atentos e presentes para promover outros parâmetros: infra-estrutura, condições de acesso, armazenamento, financiamento, tecnologia, assistência e outras questões que estão na origem da boa produção”, resumiu.



## HIPERLINK

### Psicologia

[www.casadopsicologo.com.br](http://www.casadopsicologo.com.br)



Este site atende o público interessado na área de psicologia, oferecendo uma grande variedade de informações, através de um Núcleo de Pesquisa, Livraria e Editora. Nos links disponíveis podem ser acessadas informações referentes a cursos, eventos, serviços, cadastro de clínicas e de outros sites de psicologia nacionais e internacionais.

### Meio Ambiente

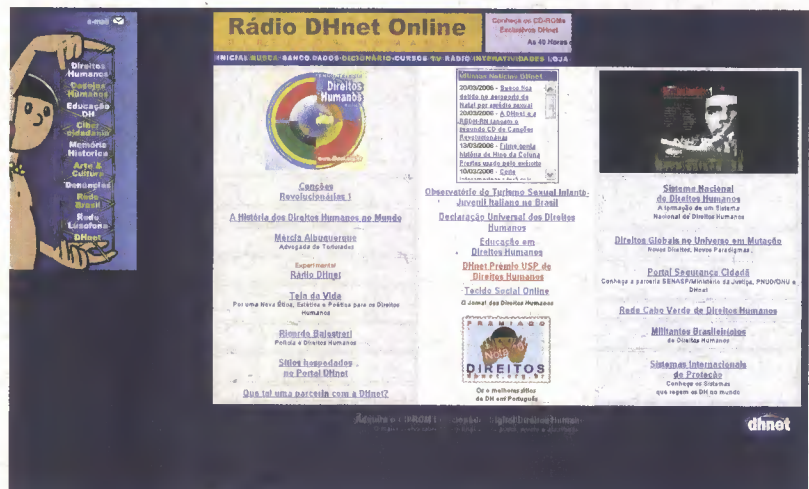
[www.ecoterrabrasil.com.br](http://www.ecoterrabrasil.com.br)



A revista online EcoTerra Brasil oferece gratuitamente artigos técnicos, científicos e de opinião sobre diversos temas relacionados à área ambiental. Também podem ser conferidas entrevistas, notícias atualizadas diariamente, curiosidades ambientais, glossário de meio ambiente, agenda de eventos, além de um catálogo de projetos, produtos e serviços.

## DIREITOS HUMANOS

# Tudo que é preciso saber



*Informações sobre leis, convenções e direitos, bem como a situação de instituições públicas e privadas de direitos humanos.*

www.dhnet.org.br

O dhnet é um portal que se dedica à promoção dos direitos de todos os grupos sociais que constituem na sociedade atual alvo de graves violações de direitos humanos como pobreza, origem, gênero, geração, raça e etnia, opção sexual e portadores de necessidades especiais. Ganhador do III Prêmio USP de Direitos Humanos, este site tem como característica marcante a cobertura de todo o território nacional, prestando informações sobre leis, convenções e direitos, bem como a situação de instituições públicas e privadas de cada estado brasileiro, encarregadas da promoção e proteção dos direitos humanos. A rede dhnet, criada em 1994 com sede em Natal, Rio Grande do Norte, é filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, à Rede Brasileira de Educação para os Direitos Humanos e à Rede de Informação para o Terceiro Setor.

Os links disponíveis no site oferecem uma cobertura completa sobre o tema, passando por Direitos Humanos; Declaração Univer-

sal dos Direitos Humanos, Educação para os Direitos Humanos, Memória Histórica, Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Militantes dos Direitos Humanos e muitos outros.

Outro atrativo é a Rede Cabo Verde de Direitos Humanos. Trata-se de uma grande central multimídia de informações sobre direitos da pessoa, arte, cultura e memória, com o objetivo de abranger todas as ilhas e municípios do arquipélago cabo-verdiano. Essa rede faz parte da Rede Lusófona de Direitos Humanos, considerada a "rede das redes", conectando todas as forças vivas dos países de língua oficial portuguesa que compartilham o mesmo ideal de uma globalização fundamentada nos valores humanos.

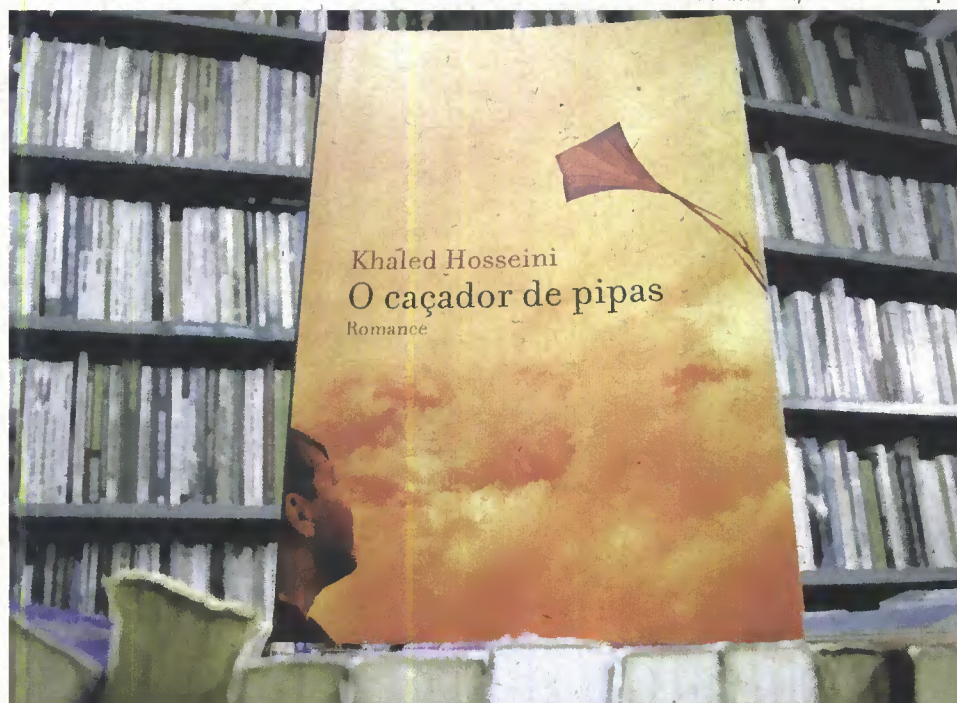
O site conta ainda com uma rádio experimental, a Rádio dhnet, que oferece uma programação diferente, com canções revolucionárias e notícias sobre direitos humanos e até poesia latino-americana de protesto.



LITERATURA INTERNACIONAL

# O caçador de pipas

Clarissa Pont/Veraz Comunicação



de Khaled Hosseini

Editora Nova Fronteira / 368 páginas / R\$ 34,90

Amir e Hassan são meninos da mesma idade, que vivem vidas muito diferentes no Afeganistão, na década de 70. Amir é rico, de família tradicional, um pouco covarde e sempre em busca da aprovação de seu próprio pai. Hassan é analfabeto, mas conhecido por sua coragem e bondade. No entanto, os dois são loucos por histórias antigas, que falam de grandes guerreiros, filmes americanos de *cowboy* e pipas. E justamente durante um campeonato de pipas, no inverno de 1975, Hassan dá ao amigo Amin a chance de ser um grande homem. Mas ele não enxerga, não percebe sua possibilidade de redenção. Depois de desperdiçar a última chance, Amir vai para os Estados Unidos, fugindo da invasão soviética ao seu país. Vinte anos depois, Hassan e a pipa azul o fazem voltar a sua terra natal para acertar contas com o passado.

"O Caçador de Pipas", primeiro romance de Khaled Hosseini, fala da frágil

relação entre pais e filhos, entre seres humanos e seus deuses, entre homens e sua pátria. É uma história emocionante e envolvente que fala de amizade e traição, passando pelos últimos dias da monarquia afegã às atrocidades de hoje.

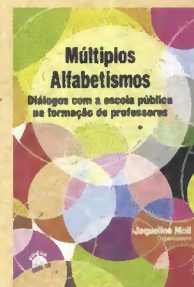
O livro já vendeu mais de 2 milhões de exemplares só nos Estados Unidos e é considerado atualmente o maior sucesso da literatura mundial. Há mais de um ano, está na lista dos mais vendidos do jornal *New York Times* e da *Publishers Weekly* e será publicado em 29 países.

Elogiado pela imprensa brasileira, o livro chega em breve também às telas de cinema, num filme produzido pela *Dream Works* e dirigido por Sam Mendes, o mesmo diretor de *Beleza Americana*, ganhador do Oscar de melhor filme.

Para a escritora Isabel Allende, "O Caçador de Pipas é uma história inesquecível, um romance extraordinário que envolve amor, honra, culpa, medo e redenção".

## LEIA TAMBÉM

### MÚLTIPLOS ALFABETISMOS



Jaqueline Moll  
(organizadora)  
Editora Ufrgs  
223 páginas  
R\$ 45

A obra, escrita por vários educadores e dirigida para educadores, trata sobre ações educativas. No livro, docentes e estudantes da Ufrgs relatam e analisam de forma crítica o trabalho desenvolvido no Programa de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, implementado em 2004 pela Pró-Reitoria de Extensão da Ufrgs.

### EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Direitos Humanos na Escola

Adriana Marcondes Machado  
Alfredo José da Veiga Neto  
Marisa Maria Brito da Justa Neves  
Marcus Vinicius de Oliveira Silva  
Rosângela Gavioli Prieto  
Wagner Rannã  
Evanir Abenhaim  
Editora Caso do Psicólogo  
163 páginas  
R\$ 23



Reúne contribuições da Psicologia sobre a educação inclusiva e os Direitos Humanos na escola. Os textos trazem reflexões, históricos e experiências práticas relacionadas ao assunto.

Os autores mostram que, nos últimos anos, a inscrição do tema do direito à educação inclusiva para os "portadores de necessidades especiais" converteu-se em elemento quase consensual entre os especialistas da área, tornando-se de grande importância para a expansão dos Direitos Humanos.



Casa de Cinema de Porto Alegre

## Lembranças e surpresas na

*A Casa de Cinema de Porto Alegre, criada em dezembro de 1987, completou 18 anos. E para marcar esta "maioridade", lança uma edição histórica com filmes dirigidos por Ana Luiza Azevedo, Carlos Gerbase, Jorge Furtado e diretores convidados. São quatro DVDs, contendo 40 curtas-metragens, produzidos no período de 1984 a 2004, que revelam a trajetória do cinema gaúcho ao longo desses anos. Ao serem vistos ou revistos, os filmes causam surpresas, remetem a lembranças, além de reafirmarem a permanência da cinematografia do Rio Grande do Sul.*

por Nara Branco

Além dos curtas-metragens, a coletânea contém especiais de televisão, *making-offs* e depoimentos dos diretores Jorge Furtado, Ana Luiza Azevedo e Carlos Gerbase. Furtado apresenta onze trabalhos com sua marca de riqueza e diversificação de idéias, enquanto Gerbase oferece dez curtas que traduzem a pulsação dos centros urbanos. Com talento e estilo reconhecidos, Ana Luiza participa da coletânea com sete filmes e extras. O quarto DVD, chamado "Outras Histórias", reúne 12 curtas e extras.

Ana Luiza Azevedo define o projeto "Curtas da Casa" como uma retrospectiva do cinema gaúcho, que mostra sua evolução na pesquisa de linguagem, na

própria linguagem, nas possibilidades de argumentação, nos tipos de filme. "Além disso, podem ser vistos vários atores gaúchos, que protagonizam a história deste cinema eminentemente urbano. Uma das responsabilidades era tentar provar que é possível fazer cinema aqui", destaca.

O projeto resgata ainda trabalhos exibidos pela televisão. "O produto que se faz para televisão é muito efêmero. Com a coletânea, a obra se torna mais permanente".

Ao falar sobre a Casa de Cinema, Ana Luiza a define como uma referência para outros estados brasileiros. "A Casa de Cinema também deu o caminho para outros estados fazerem cinema, fora do eixo Rio-São Paulo".

Para Carlos Gerbase, "a Caixa da Casa é o resgate de momentos fundamentais de nossas vidas (cineastas, atores e todas as pessoas que participaram dos filmes). Acho que ela terá cada vez mais valor, e no futuro será muito útil para os "arqueólogos culturais" que vão desvendar o passado do cinema gaúcho". Segundo ele, "os filmes mostram que a Casa respeita a diversidade temática e estética dos seus membros, em vez de pasteurizar e adotar fórmulas. Além disso, a convivência de obras para cinema e para TV, sempre saudável, é uma prova de que a qualidade narrativa e as boas idéias são muito mais importantes que as questões tecnológicas do suporte da imagem".

**"Ilha das Flores"**

(Jorge Furtado, 12 min, 1995)

Um tomate é plantado, colhido, transportado e vendido num supermercado, mas apodrece e acaba no lixo, onde ainda pode servir de alimento para porcos ou seres humanos.

**"Deus ex-machina"**

(Carlos Gerbase, 25 min, 1995)

Mulher bonita, rica e parálitica contrata um detetive para seguir seu marido e descobrir qual é a verdadeira relação dele com uma jovem.

**"Dona Cristina perdeu a memória"**

(Ana Luiza Azevedo, 13 min, 2002)

Antônio, um menino de 8 anos, descobre que sua vizinha Cristina, de 80 anos, conta histórias sempre diferentes sobre sua vida, os nomes de seus parentes e os santos do dia.

Fotos Divulgação Casa de Cinema de Porto Alegre





# maioridade

## Resistência

A Casa de Cinema de Porto Alegre foi criada em dezembro de 1987, por um grupo de cineastas gaúchos que já trabalhavam em conjunto desde o início dos anos 80. Em sua primeira fase, a Casa foi uma cooperativa de 11 realizadores, reunidos em quatro pequenas produtoras que passaram a ter um espaço comum para trabalhar a distribuição dos filmes já realizados e o planejamento e realização dos próximos projetos. A partir de 1991, a Casa de Cinema de Porto Alegre se tornou uma produtora independente, com seis sócios, permanecendo o espírito cooperativo e a intenção de continuar contribuindo para a difusão dos filmes produzidos pelo grupo original.

Em seus 18 anos de existência, a Casa produziu dezenas de filmes e vídeos, programas de televisão (especiais e séries), cursos de roteiro e de introdução à realização cinematográfica, fóruns de debates e programas eleitorais para TV. Os profissionais têm sua capacidade reconhecida e atestada pelas dezenas de prêmios em festivais nacionais e internacionais. "Esses 18 anos representam a resistência do cinema gaúcho que passou por momentos difíceis, com corte de verbas e falta de recursos", lembra Ana Luiza.

## Projetos

Atualmente, a Casa de Cinema trabalha em dois longas-metragens para 2007. Um deles, "Antes que o Mundo Acabe", uma adaptação do livro de Marcelo Caetano da Cunha, marca a estréia de Ana Luiza Azevedo nessa categoria de filmes. O outro longa, o quarto de Jorge Furtado, chama-se "Saneamento Básico - O Filme". Além disso, a Casa de Cinema está fazendo um trabalho sobre Mário Quintana, para a RBS TV, administrando cursos de cinema e o Cine Santander, em Porto Alegre. "Nosso trabalho no Cine Santander é pensar o que é legal das pessoas verem, já que a sala serve de espaço para filmes que não vão para circuito comercial, ou que permanecem pouco tempo nos cinemas", comenta.

Para abril, Ana anuncia a comemoração dos 25 anos do filme "Verdes Anos" e 20 anos de "O Dia em que Dorival encarou a Guarda", em homenagem ao ator gaúcho Pedro Santos. Também está prevista uma mostra de cinema indiano: "Hits de Bollywood". A cineasta vê o momento atual do cinema brasileiro como uma chance de fazer longa-metragem. "Temos gente nova e a Casa de Cinema participa igualmente desse processo".

## Curtas da Casa

### Jorge Furtado

Oscar Boz - episódio da série "Umas Velhices" (12 min, 2004)  
O Sanduíche (13 min, 2000)  
Ângelo anda sumido (17 min, 1997)  
Estrada- episódio do longa-metragem "Felicidade é" (17 min, 1995)  
Veja Bem (9 min, 1994)  
A matadeira (16 min, 1994)  
Esta não é a sua vida (16 min, 1997)  
Ilha das Flores (12 min, 1995)  
Barbosa (13 min, 1988)  
O dia em que Dorival encarou a guarda (14 min, 1986)  
Temporal (11 min, 1984)



### Carlos Gerbase

Deus ex-machina (25 min, 1995)  
Sexo & Beethoven (16 min, 1997)  
Aulas muito particulares (10 min, 1988)  
O corpo de Flávia (15 min, 1990)  
Passageiros (9 min, 1987)  
Interlúdio (8 min, 1983)  
O amante amador (episódio da série "Contos de Inverno", da RBS TV, 23 min, 2001)  
Faustina (episódio da série "Contos de Inverno 2002", da RBS TV, 20 min, 2002)  
O comprador de fazendas (episódio da série "Brava Gente", da TV Globo, 25 min, 2001).



### Ana Luiza Azevedo

Barbosa (13 min, 1988), assinado junto com Jorge Furtado  
Ventre Livre (documentário, 48 min, 1984)  
O Bochecha (episódio da série "Contos de Inverno 2002", da RBS TV, 19 min, 2002)  
Dia de Visita (episódio da série "Brava Gente", da TV Globo, 27 min, 2001)  
A Importância do currículo na carreira artística (episódio da série "Contos de Inverno" da RBS TV, 23 min, 2001)  
Dona Cristina perdeu a memória (13 min, 2002)  
Três minutos (6 min, 1999).



Os interessados em adquirir a caixa com os quatro DVDs, todos legendados em quatro idiomas e com tiragem limitada, podem acessar a loja virtual do site da produtora de cinema gaúcha

[www.casacinepoa.com.br](http://www.casacinepoa.com.br)







## Índios no circuito cultural

Indígenas da tribo kaingang receberam, no dia 20 de março no Theatro São Pedro, a Menção Mérito Cultural na 15ª edição do Prêmio Açorianos de Música 2005, pelo CD "Kanhgág Ag Vi Ymã Mág Ki" (Vozes Kaingang na Aldeia Grande). A distinção é concedida anualmente, pela Prefeitura de Porto Alegre, para aqueles artistas cujo trabalho se destacou por sua qualidade, mérito artístico e cultural e pelo seu valor estético.

O CD, financiado pelo Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural (Fumproarte), é uma combinação de cantos tradicionais e sons instrumentais registrados por velhos kaingang oriundos das terras indígenas do Alto Uruguai e residentes em Porto Alegre. Kasú (João. Carlos Kanheró), Jagtyg (Zílio Salvador) e Retón (Felipe da Silva), protagonistas deste trabalho, vivem na Lomba do Pinheiro, periferia da capital gaúcha.

Um dos pontos mais curiosos do CD, produzido pelos antropólogos Rodrigo Venzon e Rogério Rosa e pelo músico e compositor Jorge Herrmann, é o resgate de um instrumento ancestral deste povo, chamado vyjsi (arquinho de boca), cuja única corda é



Foto Maria Clara Adams

percutida com o polegar, e que utiliza a boca do instrumentista como sua caixa acústica.

O CD "Kanhgág Ag Vi Ymã Mág Ki" pode ser adquirido na Ventura Livros (Rua Marechal Floriano, 439, Centro) ao preço de R\$ 25.

## Os efeitos do aquecimento global

Pesquisadores da Universidade do Colorado (EUA) descobriram que o aquecimento global vem reduzindo a camada de gelo na Antártida, que detém 90% da água doce do planeta. A perda equivale a 150km³ ao ano, quando a população de Los Angeles, usada como referência, consome no mesmo período o equivalente a 4,1km³ (4,1 trilhões de litros). Segundo Isabella Velicogna, do Instituto de Pesquisas em Ciências Ambientais da Universidade do Colorado, este é o primeiro estudo que indica uma redução vertiginosa da camada de gelo da Antártida, que cobre cerca de 98% da região, com profundidade de dois quilômetros. Uma avaliação anterior, realizada em 2001, apontou para um acréscimo na massa de gelo, em decorrência do aumento das

chuvas como resultado do aquecimento global.

Ao mesmo tempo, a desertificação aumentou na África, e até o final deste século o continente pode enfrentar uma escassez aguda de água devido ao aquecimento global. A previsão é de cientistas da Universidade de Cidade do Cabo (África do Sul). Segundo eles, onde as secas ocorrem regularmente e as pessoas dependem de fontes locais de água, as mudanças provocadas pelo clima "têm implicações potencialmente devastadoras".

Outros relatórios científicos divulgados recentemente apontam o aquecimento global como responsável também pela duplicação da quantidade de gelo jogado pelas geleiras da Groenlândia sobre o oceano Atlântico.

## Uma tacada de golfe no espaço

Astronautas russos esperam estabelecer o recorde da maior tacada de todos os tempos ao lançar uma bola da Estação Espacial Internacional em direção à Terra ainda este ano. Após arremessada, a bola deve orbitar o planeta por quatro anos. Gradualmente ela perderia altitude até entrar na atmosfera, onde se aqueceria e derreteria até desaparecer.

Existe no entanto, o risco da bola colidir com a nave, seja no arremesso ou durante sua órbita, trazendo consequências potencialmente catastróficas. Na pior das hipóteses, se a bola se mantiver na mesma órbita e colidir com a Estação Espacial, sua velocidade seria de 9,4 quilômetros por segundo. O impacto seria então semelhante ao de um caminhão de 6,5 toneladas se movendo a 100 quilômetros por hora. As roupas acolchoadas dos astronautas também podem ser um problema extra na hora de concretizar a tacada.

## Adiado prazo para identificação de transgênicos

Estendido para 2012 o prazo para identificação clara de substância transgênica em cargas destinadas à exportação. A decisão foi tomada na última reunião dos países-signatários do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança, em meados de março. O aumento do prazo protela a adoção de regras rígidas para movimento de cargas transfronteiriças, incluindo as realizadas com países não-signatários, como os Estados Unidos, segundo matéria da Folha Online.

O Brasil defendeu a progressiva adoção do termo "contém OVM" (organismo vivo modificado) até 2010. O adiamento foi resultado da pressão do México, parceiro dos Estados Unidos e do Canadá no Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Mesmo com a prorrogação do prazo, o governo brasileiro pretende abrir já linhas de crédito especiais para estimular produtores e exportadores a fazer a identificação clara do produto transgênico.



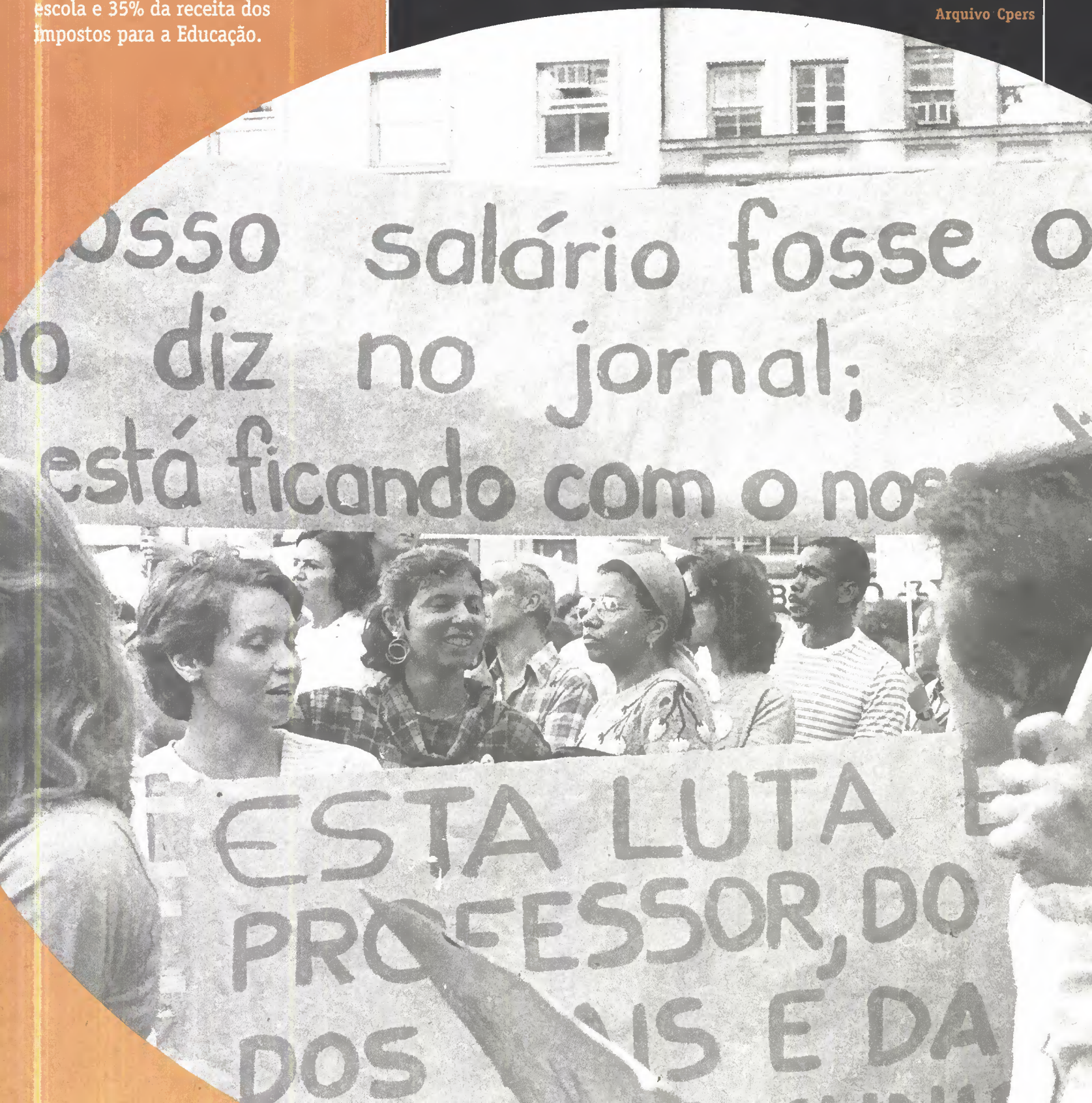
# 1985

Manifestação na avenida Júlio de Castilhos, durante greve dos professores da rede estadual. Foram 60 dias de paralisação, que asseguraram pagamento do 13º salário, eleições para diretores de escola e 35% da receita dos impostos para a Educação.

# a história

de quem faz

Arquivo Cpers





A decorative background consisting of a grid of small purple squares arranged in a pattern that resembles a stylized map of Brazil, with the central area being white.

**ADufrgs**  
Associação de Docentes da UFRGS

Seção Sindical da ANDEN